

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE – UNIVALE
MESTRADO EM GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO

Verdi Kenedy Alexandrino

**MOVIMENTO PENDULAR DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NOS
MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO DO VALE DO RIO DOCE, MINAS GERAIS,
BRASIL**

Governador Valadares

2017

VERDI KENEDY ALEXANDRINO

**MOVIMENTO PENDULAR DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NOS
MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO DO VALE DO RIO DOCE, MINAS GERAIS,
BRASIL**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Gestão Integrada do Território.

Área de Concentração: Estudos Territoriais

Orientador: Prof. Dr. Mauro Augusto dos Santos

Governador Valadares

2017

Alexandrino, Verdi Kenedy.

Movimento pendular de estudantes do ensino superior nos municípios da mesorregião do Vale do Rio Doce, Minas Gerais, Brasil / Verdi Kenedy Alexandrino.– Governador Valadares :Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE, 2017.

74 p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território, Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares, MG, 2017.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Augusto dos Santos.

1. Ensino Superior – Brasil. 2. Ensino Superior – Vale do Rio Doce. 3. Estudantes do Ensino Superior – Movimento Pendular. 3. Território – Conceito. 4. Vale do Rio Doce – Características. I. Alexandrino, Verdi Kenedy. II. Universidade Vale do Rio Doce. III. Título

CDU 378(815.1 GV)

VERDI KENEDY ALEXANDRINO

**Movimento pendular de estudantes do ensino superior nos municípios da mesorregião
do Vale do Rio Doce, Minas Gerais, Brasil**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Gestão Integrada do Território.

Governador Valadares, _____ de _____ de 2017.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Mauro Augusto dos Santos - Orientador
Universidade Vale do Rio Doce

Prof. Dr. José Luiz Cazarotto
Universidade Vale do Rio Doce

Prof. Dr. Leonardo Gomes de Sousa
Faculdade Pitágoras

À minha esposa Liliane, à minha filha Sofia e aos meus enteados Phillipe e Isabela que sempre me apoiaram, mesmo nos momentos de ausência. A busca por qualificar-me, é em prol de todos vocês!

À minha mãe, irmã, irmãos, sobrinhas, sobrinhos e ao meu pai, *in memoriam*. Carrego a certeza da felicidade e orgulho de vocês ao contemplarem um professor Mestre na família!

Aos meus alunos, independente de gênero! Esse duro processo de qualificação acadêmica é na intenção de contribuir para a melhor formação de todos vocês.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois sem Ele, nada, jamais é ou será possível acontecer!

Ao professor Me. Gustavo Castro Pires e ao Ronaldo Lins, que, por meio de uma simples conversa, incentivaram-me a participar do processo de seleção, acreditaram e, mais, tornaram possível a conclusão do meu curso de Mestrado.

Ao Pe. Wanderley Martins que em momentos críticos no início do curso, parou as suas obrigações pessoais e profissionais para discutir comigo temas importantes relacionados às matérias em estudo.

À professora Dra. Patrícia Falco Genovez que nas suas aulas lutou comigo no processo de desconstrução de um pensamento extremamente formalista, inerente a todo operador do Direito. Deste processo, saiu um profissional do Direito melhor, que agora não apenas lê, mas procura entender as leis de uma forma diferente.

Especialmente ao professor Dr. Mauro Augusto Santos, meu orientador que desde o primeiro rascunho do projeto de inscrição no programa – lá no início de 2014, passando pelas aulas, pela fase de qualificação, pela redação da dissertação e, finalmente, na preparação da defesa, sempre esteve presente acompanhando de perto, incentivando, criticando construtivamente e mostrando-me o caminho a seguir.

RESUMO

No Brasil, o acesso ao Ensino Superior aumentou consideravelmente nas últimas décadas, abarcando novos segmentos da sociedade não alcançados até então. Com a ampliação do número de instituições de ensino superior (IES), a Educação Superior deixou de ser ofertada apenas nas capitais para adentrar o interior do país. Se antes era necessário que o indivíduo se deslocasse para os grandes centros urbanos para cursar o ensino superior, agora, com o gradual processo de interiorização das IES, tornou-se possível graduar sem a necessidade de abandonar o município de residência. Assim, os moradores dos pequenos municípios do estado, antes confinados às possibilidades locais, passaram a se deslocar em movimento pendular, vivenciando uma multiterritorialidade decorrente do trânsito entre os vários territórios do seu entorno. Nesse sentido, este estudo teve como objetivo principal caracterizar o território do ensino superior na mesorregião do Vale do Rio Doce em relação ao movimento pendular de estudantes que se deslocam diariamente de seus municípios para estudarem em outros. Buscou-se, especificamente identificar quais são os principais municípios que atraem estudantes de graduação e pós-graduação da mesorregião, e avaliar quais os fatores ou agentes facilitadores do processo de mobilidade estudantil entre os municípios de origem e os municípios e destino. Trata-se de um estudo quantitativo, descritivo, de natureza bibliográfica e documental. Foram utilizados os dados do Censo Demográfico de 2010 que, por sua vez, foram analisados com base nos conceitos de território e multiterritorialidade discutidos na perspectiva do referencial teórico de Hasbaert e Rafestin. A análise dos dados apontou Ipatinga, Governador Valadares, Coronel Fabriciano e Caratinga como os municípios que mais receberam estudantes em movimento pendular dentro da MVRD, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação. A maioria dos indivíduos que pendulava na graduação era do sexo feminino, com idade entre 15 e 24 anos, residente na zona urbana, com renda familiar entre dois e 10 salários mínimos e renda individual entre 0 e 2 salários mínimos. Já na pós-graduação, a maioria dos sujeitos também era do sexo feminino, possuía entre 20 e 34 anos, era residente na zona urbana, com renda familiar entre cinco e 10 salários mínimos e renda individual entre 2 e 10 salários mínimos. Identificou-se na literatura alguns fatores que podem ser interpretados como facilitadores do acesso ao ensino superior e da prática da pendularidade, dentre eles os programas de incentivo econômico como o FIES e o ProUni, além dos programas de melhorias viárias do estado de Minas Gerais, ProAcesso e Caminhos de Minas. Os dados analisados neste trabalho foram fundamentais para compreender a dinâmica populacional no território analisado, podendo vir a servir de suporte para a formulação de políticas públicas que venham a tornar o ensino superior mais democrático e acessível na região.

Palavras-chave: Multiterritorialidade, Movimento pendular, Ensino superior, Mesorregião do Vale do Rio Doce.

ABSTRACT

In Brazil, access to higher education has increased considerably in recent decades, embracing new segments of society not so far achieved. With the expansion of the number of Higher Education Institutions (HEI), higher education was no longer offered only in the capitals, reaching also the inner cities of the country. If before it was necessary for the individual to move to the capitals and large urban centers for higher education, now, with the gradual process of internalization of HEI, it became possible to graduate without the need to leave the residential city. Thus, residents of small towns in the state, previously confined to local possibilities, were able to move in pendulum movement, experiencing a multiterritoriality arising from transit between the various territories of your surroundings. In this sense, this study aimed to characterize the territory of higher education in the Vale do Rio Doce mesoregion in relation to the pendulum movement of students who travel everyday from their cities to study in others. Specifically, it was sought to identify which are the main cities that attract undergraduate and postgraduate students from the mesoregion and evaluate the factors or facilitators of the process of student mobility between the cities of origin and destination cities. This is a quantitative, descriptive study of bibliographical and documentary nature. Data from the 2010 Demographic Census were used, which were analyzed based on the concepts of territory and multiterritoriality discussed in the perspective of the theoretical framework of Hasbaert and Rafestin. The analysis of the data indicated Ipatinga, Governador Valadares, Coronel Fabriciano and Caratinga as the cities that received the most students in pendulum movement within the MVRD, both at undergraduate and postgraduate levels. Most of the individuals who are at graduation are female, between 15 and 24 years old, residents of the urban area, single, with family income between 2 and 10 minimum wages and individual income between 0 and 2 minimum wages. In the post-graduation period, the majority of the students are also female, between 20 and 34 years old, residents of the urban area, with family income between 5 and 10 minimum wages and individual income between 2 and 10 minimum wages. It was identified in the literature some factors that can be interpreted as facilitators to the access in higher education and the practice of pendularity, among them, economic incentive programs such as FIES and ProUni, in addition to the road improvement programs of the state of Minas Gerais, ProAcesso and Caminos de Minas. The data analyzed in this study is fundamental to understand the population dynamics in the analyzed territory, and can serve as support for the formulation of public policies that will make higher education more democratic and accessible in the region.

Keywords: Multiterritoriality, Pendulum movement, Higher education, Meso-region of Vale do Rio Doce.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mesorregião do Vale do Rio Doce, Minas Gerais, Brasil	35
Quadro 1 – Mesorregião do Vale do Rio Doce: população por município e microrregião em 2010	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Principais municípios da Mesorregião do Vale do Rio Doce procurados por estudantes de todos os níveis que fazem movimento pendular com o objetivo de estudar – 2010	39
Tabela 2–Principais municípios da Mesorregião do Vale do Rio Doce procurados por estudantes do ensino superior que fazem movimento pendular com o objetivo de estudar– 2010	40
Tabela 3 - Movimento pendular de estudantes de graduação para Ipatinga - 2010	43
Tabela 4 - Movimento pendular de estudantes de pós-graduação para Ipatinga - 2010	44
Tabela 5 - Movimento pendular de estudantes de graduação para Coronel Fabriciano - 2010	45
Tabela 6 - Movimento pendular de estudantes de pós-graduação para Coronel Fabriciano - 2010	45
Tabela 7 - Movimento pendular de estudantes de graduação para Governador Valadares - 2010	46
Tabela 8 - Movimento pendular de estudantes de pós-graduação para Governador Valadares - 2010	46
Tabela 9 - Movimento pendular de estudantes de graduação para Caratinga -	48
Tabela 10 - Movimento pendular de estudantes de pós-graduação para Caratinga – 2010	48
Tabela 11 - Movimento pendular de estudantes na Mesorregião do Rio Doce por município polo e grupo etário -	54
Tabela 12 - Movimento pendular de estudantes na Mesorregião do Rio Doce por nível educacional, município polo e renda domiciliar mensal - 2010	59
Tabela 13 - Movimento pendular de estudantes na Mesorregião do Rio Doce por nível educacional, município polo e renda individual - 2010	60
Tabela 14 - Movimento pendular de estudantes na Mesorregião do Rio Doce para Governador Valadares: Grupo de atividade - 2010	61
Tabela 15 - Movimento pendular de estudantes na Mesorregião do Rio Doce para Coronel Fabriciano: Grupo de atividade - 2010	62
Tabela 16 - Movimento pendular de estudantes na Mesorregião do Rio Doce para Ipatinga: Grupo de atividade - 2010	63
Tabela 17 - Movimento pendular de estudantes na Mesorregião do Rio Doce para Caratinga: Grupo de atividade - 2010	64

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Movimento pendular de estudantes de graduação na Mesorregião do Rio Doce por município polo e sexo - 2010	51
Gráfico 2 - Movimento pendular de estudantes de pós-graduação na Mesorregião do Rio Doce por município polo e sexo - 2010	52
Gráfico 3 - Movimento pendular de estudantes de graduação na Mesorregião do Rio Doce por município polo e situação de domicílio.....	55
Gráfico 4 - Movimento pendular de estudantes de pós-graduação na Mesorregião do Rio Doce por município polo e situação de domicílio - 2010	56
Gráfico 5 - Movimento pendular de estudantes de graduação na Mesorregião do Rio Doce por município polo e estado civil – 2010.....	57
Gráfico 6 - Movimento pendular de estudantes de pós-graduação na Mesorregião do Rio Doce por município polo estado civil - 2010	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EAD – Educação a Distância

EFVM – Estrada de Ferro Vitória a Minas

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituição de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

MVRD – Mesorregião Vale do Rio Doce

ProAcesso – Programa de Pavimentação de Ligações e Acessos Rodoviários aos Municípios

PROUNI – Programa Universidade Para Todos

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RMVA – Região Metropolitana do Vale do Aço

SM – Salário Mínimo

UAB – Universidade Aberta do Brasil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	17
3 O MOVIMENTO PENDULAR DE ESTUDANTES NO ENSINO SUPERIOR	20
4 TERRITÓRIO, MULTITERRITORIALIDADES E MOBILIDADE PENDULAR ...	26
5 CARACTERIZAÇÃO DA MESORREGIÃO DO VALE DO RIO DOCE.....	33
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	39
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS	69

1 INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo passa por transformações cada vez mais rápidas, levando os indivíduos a se reinventarem e a se adaptarem às novas exigências de configurações sociais que são coletivamente produzidas. As pessoas criam necessidades que antes não existiam, extinguindo ou deixando em segundo plano tantas outras que ocupavam a centralidade das relações estabelecidas entre os sujeitos e os grupos. Neste sentido, a educação formal, enquanto fenômeno intrínseco ao mundo das relações sociais, e sendo um dos instrumentos integradores do processo de dominação na economia das relações de poder, vem assumindo importância cada vez maior como instrumento, tanto de manutenção do poder e do *status* social, quanto como possibilidade de mobilidade social para indivíduos de classes socioeconômicas menos favorecidas (CURY, 2000).

O acesso ao ensino superior que antes era reservado a uma pequena parcela da população aumentou consideravelmente nas últimas décadas, abarcando novos segmentos da sociedade, não alcançados até então. Essa expansão se deve tanto às mudanças políticas, econômicas e sociais pelas quais passava o Brasil e o mundo, quanto aos incentivos ao setor privado fornecidos pelo Ministério da Educação a partir de 1994. As exigências do mercado de trabalho por mão de obra cada vez mais qualificada e a ampliação da oferta de vagas na rede privada associadas aos incentivos estatais, resultaram num crescimento sem precedentes de matrículas em instituições de ensino superior (IES) no Brasil (GOULART; MACEDO, 2014).

Com a ampliação do número de IES, a Educação Superior no Brasil deixou de ser ofertada apenas nas capitais para adentrar o interior do país. Se antes era necessário que o indivíduo se deslocasse para as capitais e para os grandes centros urbanos para cursar o ensino superior, agora, com o gradual processo de interiorização das universidades, tornou-se possível graduar-se mais próximo de casa, sem ter necessariamente a precisão de abandonar o município de residência (RIEDER, 2011).

Dados recentes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), levantados através do Censo da Educação Superior de 2013, apresentaram um crescimento de 71,0% no número de IES no Brasil entre os anos de 2001 e 2010, aumentando de 1.391 para 2.378 instituições credenciadas. Já entre 2010 e 2013, este quantitativo tendeu a manter-se estável, visto que houve o registro de apenas 13 instituições neste período. O censo

apontou que 7.305.977 de pessoas estavam matriculadas na graduação em IES espalhadas por todo o país no ano de 2013. Ao somar o número de alunos matriculados na graduação e a modalidade *stricto sensu* da pós-graduação (mestrado e doutorado), o score perfazia o total de 7.526.681 estudantes. Segundo o mesmo levantamento, em 2013 houve um aumento de 1,9% do número de alunos matriculados em instituições públicas e de 4,5% em instituições privadas em relação a 2012 (BRASIL, 2015a). Este cenário confirmou a tendência de crescimento da educação nacional tanto em número de IES's quanto em número de estudantes.

Reflexo do sistema inclusivo da educação nacional, aliado ainda aos programas de melhoria dos acessos viários, implantado pelo governo Estadual de Minas Gerais, como o Programa de Pavimentação de Ligações e Acessos Rodoviários aos Municípios (ProAcesso) e o Programa Caminhos de Minas, as possibilidades de deslocamento e acesso aumentaram bastante nos últimos anos. O ProAcesso e o Caminhos de Minas são projetos estruturadores elaborados com o objetivo de ampliar a acessibilidade da população dos municípios mineiros, fazendo com que a população dos municípios contemplados tenha a chance de atingir novos mercados e propiciar a utilização aos serviços sociais básicos de educação, saúde e trabalho, proporcionando aos moradores destes municípios uma melhoria da qualidade de vida.

Projetado para ser um programa viário, um dos objetivos do ProAcesso é fomentar o desenvolvimento das áreas mais pobres do Estado. Com a finalidade de asfaltar aproximadamente 5,6 mil quilômetros de rodovias, entre 2004 e 2010, o programa já tinha atingido 4.976 km de rodovias, perfazendo 198 acessos (88% da meta), beneficiando direta e indiretamente 1.228.600 mineiros. Para dar continuidade ao ProAcesso foi criado o programa Caminhos de Minas, que tem como principal tarefa, ligar municípios com menos de 10 mil habitantes (SATO *et al*, 2012).

Assim, os moradores dos pequenos municípios do estado, antes confinados às possibilidades locais, passaram a ter condições de se deslocar em movimento pendular, trazendo ao seu cotidiano novas possibilidades dentro de um território, e assim, vivenciando uma multiterritorialidade decorrente do trânsito entre os vários territórios do seu entorno. A mesorregião do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, também se beneficiou neste sentido, visto que com o acesso rodoviário melhorado e pavimentado melhorou a acessibilidade dos seus habitantes, facilitando o acesso aos serviços sociais e às oportunidades oferecidas para além do território de residência. Além do crescimento das oportunidades de emprego, o

acesso à saúde e ao lazer, isso também possibilitou um acesso mais facilitado às IES.

Ao se ter uma IES mais próxima de casa, com condições econômicas de entrada e manutenção cada vez mais acessíveis, ocorre maior acesso da população local ao nível superior de ensino. Essa opção também se estendeu aos indivíduos residentes em municípios vizinhos, que de outro modo teriam que mudar para outros municípios ou não conseguiriam acessar essa modalidade de ensino. Diante dessas novas configurações territoriais de estudantes do interior do estado, coube questionar: Quem são estes sujeitos? De onde e para onde esses sujeitos se deslocam diariamente? Quais características apresentam estes territórios de origem e de destino? Existe um perfil homogêneo? Como circulam e exercem poder sobre os espaços? É no bojo das discussões sobre o movimento pendular de estudantes que se insere o presente trabalho.

O deslocamento cotidiano – chamado de movimento pendular – de indivíduos com o objetivo de estudar em outros municípios faz com que esses estudantes vivenciem o que Haesbaert (2004) nomeia de multiterritorialidade. Segundo o autor, a multiterritorialidade se dá a partir da existência de territórios múltiplos, onde o sujeito experimenta uma interação territorial, ou seja, um verdadeiro inter cruzamento de diferentes territórios. A multiterritorialidade parte da territorialização em nível individual ou de um grupo de pessoas que se deslocam por mais de um território. Uma vez que a distribuição e organização demográfica das oportunidades de acesso a serviços em apenas um território não são suficientes para atender a todas as dimensões de uma vida, seja ela individual ou de um grupo, este movimento de pessoas que vem aumentando a cada ano propicia a criação de territórios-redes.

Diante deste panorama, a pesquisa aqui apresentada teve como objetivo principal, caracterizar o território do ensino superior na mesorregião do Vale do Rio Doce em relação ao movimento pendular de estudantes que se deslocam diariamente de seus municípios para estudarem em outros. Este trabalho possuiu ainda os seguintes objetivos secundários:

- Identificar quais são os principais municípios que atraem estudantes do ensino superior (graduação e pós-graduação) da mesorregião do Vale do Rio Doce, dentro e fora da própria MVRD;
- Avaliar quais os fatores ou agentes facilitadores do processo de mobilidade estudantil

entre os municípios de origem e os municípios polos do Vale do Rio Doce.

Para alcançar os objetivos deste estudo utilizou-se, como metodologia, primeiramente a pesquisa bibliográfica e documental. O levantamento bibliográfico foi o ponto de partida que, além de fornecer os pressupostos teóricos que embasam o presente estudo, permitiram uma discussão mais aprofundada em relação aos dados do Censo Demográfico de 2010, também utilizados.

Através dos dados do Censo Demográfico de 2010 foi possível levantar o número de pessoas dos municípios que compõem a mesorregião do Vale do Rio Doce que se deslocavam diariamente para outros municípios com o intuito de estudar, identificando os municípios que mais atraem estudantes, seja esse dentro da própria mesorregião ou fora dela.

Os quesitos sobre mobilidade pendular foram incluídos no Censo Demográfico Brasileiro a partir do Censo 2000, que trazia um único quesito (V4276) que indagava município e Unidade da Federação ou país estrangeiro onde o em que o membro do domicílio trabalhava ou estudava, não sendo possível saber de forma direta se o movimento era realizado para um motivo ou outro. O Censo Demográfico de 2010 trouxe novos quesitos¹ que possibilitaram não só identificar os movimentos pendulares como também saber exatamente a motivação dos membros do domicílio, quando esses têm como objetivo trabalhar ou estudar. A partir do cruzamento de variáveis foi possível construir uma matriz de origem e destino, possibilitando identificar e dimensionar os movimentos pendulares que ocorrem entre os municípios da mesorregião – ou para municípios fora da MVRD –, identificando também os principais municípios procurados por indivíduos que estavam cursando o ensino superior (graduação e pós-graduação).

Em consonância com os objetivos acima propostos, o trabalho apresentou a seguinte estrutura. No capítulo dois discorreu sobre o ensino superior no Brasil, sua origem, seu processo de expansão e as principais mudanças ocorridas em épocas mais recentes da história brasileira que configuraram a forma e função que hoje possui no país. No Capítulo tres discutiu-se sobre o movimento pendular de estudantes no ensino superior. No Capítulo quatro foram apresentados os conceitos ligados ao território, associando-os a mobilidade pendular. No

¹ No quesito V0636 foi indagado se o indivíduo frequentava escola ou creche no município de residência, em outro município ou em país estrangeiro. Já no quesito V6364 é indagado o nome do município em que o indivíduo frequentava escola (ou creche).

Capítulo cinco foi feita a caracterização da Mesorregião do Vale do Rio Doce. No Capítulo seis foram apresentados e discutidos os dados do Censo Demográfico de 2010. Por fim, foram apresentadas as considerações finais.

2 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

O início do Ensino Superior no Brasil ocorreu em 1808 com a chegada da família real portuguesa ao país. As primeiras escolas criadas foram a de Cirurgia e Anatomia nas cidades de Salvador e no Rio de Janeiro (atualmente, Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia e Faculdade de Medicina da UFRJ, respectivamente), além da Academia da Guarda Marinha, no Rio de Janeiro. Posteriormente, foram instituídos a Academia Real Militar (Escola Nacional de Engenharia da UFRJ, atualmente) em 1810, e o curso de Agricultura e a Real Academia de Pintura e Escultura em 1814. Contudo, a iniciativa privada e a "expansão" do ensino superior somente se concretizaram muito tempo depois com a Constituição da República de 1891 que descentralizou a oferta dessa modalidade de ensino, permitindo que os governos estaduais e a iniciativa privada criassem suas próprias instituições (CUNHA, 2007).

A história do ensino superior no Brasil pode ser contada cronologicamente à história política do país. Do período monárquico até os dias de hoje, as transformações políticas significaram sempre, e em diferentes proporções, algum impacto no Sistema Educacional Nacional. Nos 80 anos de monarquia, o que caracterizava o ensino superior eram ser escolas “autônomas para formação de profissionais liberais”, que foram implementadas unicamente pela coroa portuguesa. Na primeira república, a descentralização do sistema trouxe consigo a implementação de escolas federais, estaduais e municipais de ensino superior, sendo que neste mesmo período, surgiram algumas escolas privadas no país. As primeiras universidades foram criadas no decorrer da década de 1930, existindo, até então, apenas escolas superiores no Brasil (DURHAM, 2003).

A partir daí, ocorreu uma ampliação no número de universidades públicas. Já nas décadas de 1960 e 1970, durante o período da ditadura militar no país, o modelo de universidade foi reformulado com o setor privado se desenvolvendo de forma significativa. Com a redemocratização em 1985, e acompanhando as mudanças trazidas pela Constituição Federal de 1988, novas mudanças começaram a ser promovidas no sistema educacional superior, culminando na formulação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996 (DURHAM, 2003).

Colossi, Consentino e Queiroz (2001) apontaram outras datas que demarcam a trajetória da educação superior no Brasil:

Em 1827, foram criados os Cursos de Ciências Jurídicas em São Paulo e Olinda. No ano de 1889, o ensino na República se desenvolve com a criação de 14 Escolas Superiores. A Universidade de Manaus, criada em 1909, mostrou a força do ciclo da borracha e, em 1912, a Universidade do Paraná, no período do ciclo do café. Em seguida surgiram a Universidade do Rio de Janeiro em 1920, de Minas Gerais em 1927, de São Paulo em 1937 e, em 1961, a Universidade de Brasília (COLOSSI, CONSENTINO, QUEIROZ, 2001, p. 51).

Considerando o grande número de IES no Brasil, existem alguns programas e projetos sociais que incentivam o ingresso ao Ensino Superior de um número cada vez maior de indivíduos. O Programa Universidade para Todos (PROUNI), por exemplo, é um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, e oferece bolsas de estudo em instituições de educação superior privadas em cursos de graduação e sequenciais de formação específica a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior (MEC, 2008). Uma propriedade importante deste programa é permitir ao aluno que possui baixa renda e bom rendimento escolar, o acesso ao Ensino Superior, através do fornecimento de bolsas de estudos parciais (50% de desconto) e/ou integrais (100% de desconto), concedendo às IESs privadas a isenção de alguns tributos fiscais.

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um programa do Ministério da Educação criado em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, e possui como prioridade a capacitação e treinamento de professores da educação básica para o desenvolvimento de melhores habilidades. Seu objetivo é estimular a articulação e a integração de um Sistema Nacional de Educação Superior, sendo um sistema formado por instituições públicas de ensino superior, as quais assumem o compromisso de levar esse ensino com qualidade aos municípios brasileiros (MEC, 2008). Apesar de criada em 2005, a UAB só foi instituída oficialmente em 2006 por meio do Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006, para "o desenvolvimento da modalidade de educação à distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País". Além do objetivo já mencionado, a UAB também tem como proposta impulsionar educação nas instituições públicas de ensino superior na modalidade a distância, estimulando, com isso a cooperação entre os entes federais e a União e a implementação de centros de formação permanentes através dos polos de apoio presencial em pontos estratégicos (CAPES, 2016).

Já o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) tem por finalidade criar condições para a ampliação do acesso e permanência na Educação Superior. Nesse esforço, focaliza-se a Graduação no âmbito da melhoria de

qualidade dos cursos e melhor aplicação da estrutura física e recursos humanos existentes nas Universidades Federais. Apesar de ser um projeto nacional, pretende-se respeitar as condições particulares de cada instituição e incitar a diversidade no ensino superior.

O objetivo básico do REUNI e outros programas do Governo Federal têm sido o de proporcionar um crescente exponencial referente ao acesso ao Ensino Superior. Pode-se verificar que nos anos de 1999 e 2000 o Brasil apresentou uma baixa taxa de escolarização bruta (15%) na Educação Superior. Essa condição, Pinto (2004) indicou como sendo uma condição que já apresentou índices mais desmotivadores. Em 1960, a taxa de escolarização bruta na Educação Superior era de apenas 1%.

No ano de 1933, as primeiras estatísticas sobre a educação contavam com 64,4% de instituições na iniciativa privada, o que praticamente não se alterou até meados de 1960. Esse espaço ocupado por tais instituições decorre do fato de o Estado não ter sido capaz de atender a demanda. Em consequência, tornaram-se necessárias as medidas que visam permitir a entrada de alunos no Ensino Superior, com auxílio de bolsas, na tentativa de atender a essa demanda através do ensino privado que cresce significativamente (SILVA, 2008).

Segundo Pinto (2004), na segunda metade do século XX, as matrículas cresceram de forma distinta entre as redes públicas e privadas. No mesmo período, as matrículas da rede privada cresceram praticamente três vezes mais do que as da rede pública. Essa ocorrência tornou o Brasil um dos países com maior grau de privatização desse nível de ensino.

Em 2001, o Ensino Superior no Brasil possuía aproximadamente 900 Instituições de ensino, sendo que pouco mais de uma centena eram Universidades (COLOSSI; CONSENTINO; QUEIROZ, 2001). Já em 2014, este número sobe para 2.368 IES, das quais 195 são Universidades (BRASIL, 2015b). Apesar do perceptível aumento, os indicadores ainda continuam baixos, refletindo a dificuldade em se ampliar o tempo de estudo e avançar na construção do conhecimento no país.

3 O MOVIMENTO PENDULAR DE ESTUDANTES NO ENSINO SUPERIOR

No Brasil, os movimentos populacionais se intensificaram nas últimas décadas em decorrência de inúmeras transformações ocorridas na sociedade. Com relação à economia, novos modelos adotados levaram a mudanças na localização das atividades produtivas, alterando as chances de acesso aos bens e serviços, tanto públicos quanto privados. Com isso, a mobilidade espacial da população passou a ser uma característica fundamental a ser considerada por estudiosos do processo de constituição do espaço urbano.

Vários indivíduos se deslocam diariamente de seus municípios de residência com o intuito de trabalhar ou estudar em outros. Esses movimentos se caracterizam por serem frequentes e ritmados, por ser de curta duração e serem realizados em horários pré-fixados, acabando por refletir a estruturação do espaço e a hierarquização deste. Estas características são comparadas ao vai e vem do pêndulo. Sendo assim, esse fenômeno de mobilidade populacional é denominado movimento pendular (STAMM; STADUTO, 2008).

As informações pertinentes a esses deslocamentos da população, para fins de estudo, são importantes para a compreensão das relações entre o sujeito e o território. Na mesorregião do Vale do Rio Doce, assim como em outras regiões do país, tais deslocamentos são o resultado da oferta desigual de vagas no Ensino Superior, que se concentram nos centros urbanos de médio e grande porte². Entender esse tipo de deslocamento pode oferecer informações claras sobre a concentração e a distribuição das oportunidades. Tais informações podem vir a fomentar programas e políticas de desenvolvimento em busca do equilíbrio entre municípios de diferentes portes.

As informações sobre os deslocamentos estudantis são o retrato da extensão do fenômeno de urbanização em um território, onde a mobilidade induzida pelos deslocamentos pendulares tem papel crucial. As informações são “imprescindíveis na delimitação de grandes áreas urbanas e referenciais obrigatórios na formulação de políticas públicas, particularmente de transporte e circulação, moradia e uso do solo” (CINTRA; DELGADO; MOURA, 2012, p.16).

² Segundo o IPEA, o critério demográfico tem sido utilizado com maior frequência para classificar as cidades. Considera-se cidades médias aquelas que possuem entre 100.00 e 500.000 habitantes. Cidades com população maior que 500.00 habitantes são consideradas cidades grandes. Fonte: <<http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/pesquisa%20ipea.pdf>> Acesso em 23 de set. 2016.

Várias transformações sociais ocorreram no Brasil no século XX. A inserção da mulher no mercado de trabalho, as novas formas de organização familiar, as novas opções de moradia, além das novas organizações sociais são informações importantes na interpretação das mudanças demográficas e socioeconômicas e também na mobilidade espacial da população brasileira. A forma como estruturam as cidades – principalmente, a partir da década de 80 do século XX – impactou os movimentos migratórios que passaram a ter novas características. A urbanização rural, a formação de aglomerados urbanos espalhados pelo interior dos Estados em um distanciamento espacial e interdependentes das capitais, aliados às inovações tecnológicas, mudanças nas formas de deslocamentos, via transportes diversos, e ainda a modernização das formas de comunicação, são todos fatores importantes nas análises territoriais atuais (BAENINGER, 1996; HAESBAERT, 2004).

Novas maneiras de redistribuição espacial das populações, associadas ao desenvolvimento inter-regional e a descentralização dos serviços, levaram a uma construção territorial como expressão local dos processos e relações de poder representativos desta nova conformação e, portanto, devem orientar os novos estudos territoriais (HAESBAERT, 2004).

Moura e Pego (2016) reconheceram que as regiões metropolitanas ainda são as que concentram maior fluxo de indivíduos que realizam a mobilidade pendular. Contudo, os dados do último Censo apontam uma mudança neste cenário, onde os municípios maiores de regiões mais isoladas (frequentemente as cidades de porte médio) passam a exercer uma maior atratividade sobre os municípios menores da região:

Os resultados do Censo Demográfico de 2010 chamam a atenção para o intenso crescimento de municípios situados em reconhecidas aglomerações urbanas e, ainda com maior expressividade, no entorno dessas unidades, sugerindo vetores de expansão. O mesmo censo oferece informações sobre mobilidade pendular, que confirmam essas áreas e esses vetores como os pontos com maior movimento de pessoas para trabalho e estudo em municípios que não o de residência. Semelhante mobilidade elevada se dá entre municípios dispersos em regiões distantes das aglomerações citadas, onde também aparecem municípios isolados com crescimento populacional elevado. Essas são apenas algumas sinalizações de que o urbano brasileiro, em 2010, pode apresentar configuração de arranjos espaciais em diversos formatos e emergência de centralidades que revelam novas características ao processo de urbanização no país (MOURA; PEGO, 2016, p. 7).

No caso particular da mesorregião do Vale do Rio Doce, não há uma grande quantidade de municípios que possam ser considerados de tamanho médio. Entre os 102 municípios que compõem a mesorregião, apenas três possuíam em 2010, de acordo com os dados do Censo Demográfico, uma população maior que 100 mil habitantes: Governador Valadares, Ipatinga e

Coronel Fabriciano. A população dos três municípios representava, no mesmo ano, mais de um terço da população total da mesorregião (37,4%). Na ausência de grandes centros urbanos, parte dos movimentos pendulares na meso terá como destino municípios que não poderão ser classificados como de porte médio, mas que irão polarizar outros ainda menores que se encontram no seu entorno. Como exemplo, deve ser destacado o município de Caratinga que apesar de possuir uma população de 85.239 habitantes em 2010, era um dos principais polos de atração de estudantes, como ficou demonstrado nos resultados desta pesquisa. Outros municípios bem menores também se destacaram como pólos das microrregiões que recebem, por isso, o seu nome, como é o caso de Guanhães, Peçanha, Mantena e Aimorés. Ao ser somada a população dos nove municípios que compõe a microrregião de Peçanha, o total era de 81.520 habitantes. No caso da microrregião de Mantena, a soma da população dos sete municípios que a compõe totalizava apenas 63.208 habitantes.

Para Reolon e Miyazaki (2009) torna-se fundamental compreender as características de relação entre os municípios de porte médio e os demais dentro de um território. Eles não devem ser avaliados apenas do ponto de vista de tamanho demográfico e sim pelo papel que exercem naquele território. As relações estabelecidas entre os municípios de porte médio e pequeno da região servem para intermediar a avaliação, em escala regional, da construção daquele território. As avaliações por sua vez impactam nas relações de trabalho, nas relações hierárquicas, nas mudanças da sua própria estruturação urbana assim como a melhoria e crescimento próprio e do entorno, advindos da intercomunicação municipal em uma região, podendo esclarecer situações demográficas e fornecer subsídios à formulação de políticas públicas para melhoria dos sistemas urbanos (REOLON; MIYAZAKI, 2009). Portanto, nos estudos sobre os movimentos pendulares, as informações devem figurar para uma análise mais consistente da motivação do movimento, das relações intermunicipais e principalmente para caracterização dos tipos de territórios-zona, podendo, inclusive, fornecer dados para estudos sobre multiterritorialidade, uma vez que se torna possível estabelecer a existência dos territórios redes ali presentes (HAESBAERT, 2004).

Informações sobre movimentos pendulares no Brasil foram apresentadas pela primeira vez no Censo Demográfico de 1980, mas só foram figurar no censo novamente em 2000 e 2010. Contudo, nos dois censos, de 2000 e 2010, a informação foi trabalhada de forma metodológica diferente. No Censo de 2000, não foi considerado o motivo do fluxo de trabalho ou estudo. Já no censo de 2010, além de perguntas específicas da motivação destes fluxos,

buscou-se informar se o retorno deste movimento era diário, e qual era o tempo para realizá-lo (CINTRA, DELGADO; MOURA, 2012). A partir da divulgação dos resultados do Censo Demográfico de 2010, observou-se que este movimento ocorria preferencialmente dentro das regiões metropolitanas, mas também foi possível identificá-lo em outras regiões do país.

A integração territorial proporcionada pelo impacto dos deslocamentos pendulares gera uma “especialização funcional e interdependência dos municípios e a reorganização das atividades produtivas em uma nova base territorial de modo a otimizar vantagens locais” (CUNHA; PESSINI, 2008, p. 100), o que acaba contribuindo para que a população intensifique o fluxo de deslocamento e aumente, inclusive, as distâncias na busca de trabalho, estudo ou serviços específicos. Entretanto, pela distribuição heterogênea, sócio espacial e específica de região para região, o deslocamento é uma opção; geralmente pessoal, e representa um custo que é importante ser mensurado. Este custo pode estar ligado aos valores gastos relativo à moradia, aos custos diários financeiros do próprio deslocamento ou mesmo um custo em tempo necessário na mobilização da pessoa que poderia ser utilizado, pela mesma, para lazer ou descanso. A todo esse custo, estão aliados os riscos potenciais envolvidos. Assim, é visível que vários fatores se tornam responsáveis pela intensificação da pendularidade, e que “certamente variam de acordo com os grupos sociais envolvidos, suas possibilidades de escolha e os recursos físicos e de infraestrutura disponíveis” (CUNHA; PESSINI, 2008, p. 100).

Baeninger (1997) em seu estudo na década de 1990 identificou o crescimento dos movimentos migratórios em direção a regiões específicas do interior do estado de São Paulo. Ela observou que algumas regiões acumulavam atividades econômicas e assim se tornavam receptoras do fluxo migratório da região metropolitana de São Paulo e das regiões circunvizinhas. Essa nova forma de organização dos espaços urbanos, caracterizadas pelo processo de conurbação territorial, proporcionou a origem de importantes áreas metropolitanas no interior do estado. Marcadas historicamente por grande urbanização, nas áreas metropolitanas concentram cada vez mais pessoas que passam a ser importantes na formulação de políticas públicas, na distribuição de serviços e estruturas além da capital do estado. O crescimento da oferta de cursos e IES's nas áreas metropolitanas surgem como uma resposta à importância que estes territórios passam a ter; e como a população se apoderou destas aglomerações orientando seu crescimento e regionalização (BAENINGER, 1997).

Hoje, no Brasil, predominam, no contexto econômico, os deslocamentos de curta distância. Trabalhar ou estudar em outro município que não o de sua residência acarreta um intenso fluxo de pessoas num movimento pendular entre o domicílio e o município onde exercem suas atividades. Este tipo de mobilidade populacional era mais facilmente visualizado em grandes centros urbanos brasileiros, mas, com a interiorização da indústria e o crescimento das aglomerações urbanas no interior, as atividades econômicas e serviços ganharam um distanciamento espacial que gera impactos na mobilidade populacional (BAENINGER, 1997).

O recrutamento da mão-de-obra e a oferta de serviços de diversos setores e atividades não estão mais limitados aos grandes centros e capitais, com isso, os deslocamentos diários, regulares, de curta duração passaram a ser cada vez mais frequentes. O aumento deste tipo de deslocamento é um fator que não pode ser desconsiderado nas análises territoriais (STAMM; STADUTO, 2008).

O papel da mobilidade pendular nas mudanças intra-urbanas e na construção dos territórios pode ter um caráter social relevante. O custo do deslocamento pode ser agravado pela segregação urbana, resultado da dificuldade advinda da falta de recurso próprio para mobilidade, aliada a falta de estrutura pública para oferecer o transporte coletivo que alcance, principalmente, as regiões periféricas dos municípios. Segundo Moura, Lira e Cintra (2012), os efeitos segregadores são relevantes, pois a facilidade no deslocamento compensaria a própria distância.

Os autores ressaltaram ainda que as informações ligadas ao custo de deslocamento podem representar dicotomias socioeconômicas e levar ao surgimento de rotas desservidas de serviços públicos de qualidade. Este distanciamento entre local de moradia e local de estudo tem, como reflexos, longos tempos de viagem que, por sua vez, é realizada em meios de transporte em situação precária e com custos relativamente altos, principalmente para a população de baixa renda (MOURA; LIRA; CINTRA, 2012). O cenário descrito apontou para a necessidade de políticas públicas que devem observar os arranjos territoriais e a especificidade dos fluxos pendulares (MOURA, 2010).

Segundo Ântico (2005), os municípios ligados ao movimento pendular em um determinado território podem ser classificados segundo uma tipologia elaborada a partir dos dados do

Censo Demográfico de 2010. Essa tipologia se presta a orientar propostas para políticas públicas no Brasil, em todos os níveis e escalas. Considerando o porte dos municípios envolvidos no deslocamento pendular estudantil, e ainda, a direção do fluxo pendular, dentre outras variáveis, é possível identificar as diferenças socioeconômicas municipais e a importância do município no que tange a entrada e saída das pessoas. Portanto, por meio de uma caracterização dos movimentos pendulares em uma rede de municípios de uma mesma região, é possível traçar um perfil que possa ser utilizado na melhoria da qualidade de vida e acesso aos serviços educacionais, no caso em questão, na população daquele território (ÂNTICO, 2005).

Através dos dados do Censo Demográfico de 2010 é possível identificar os municípios que, dada sua função nos territórios redes, formam, por meio de um movimento pendular, os fluxos de saída e entrada. Dessa forma, os municípios podem ser classificados como evasores, receptores ou aqueles que apresentam um equilíbrio entre a saída e a entrada, ou seja, desempenham as duas funções. É possível observar que há uma dissociação entre os municípios integrantes de uma mesma região, que é gerada pelas diferentes concentrações de oportunidades. Os municípios receptores são usualmente municípios de médio e grande porte. Embora as pessoas se desloquem por diversos motivos, a regularidade do fluxo e seu volume, indiferente do motivo continuam sendo fundamentais para identificar os distintos papéis desempenhados por cada município em uma determinada região (ÂNTICO, 2005).

A proposta de um estudo aprofundado dos movimentos pendulares de estudantes na mesorregião do Vale do Rio Doce se faz relevante principalmente pela ausência de trabalhos que tenham tido como foco a região, podendo esta pesquisa servir de suporte para a implementação de políticas públicas relacionadas à questão.

4 TERRITÓRIO, MULTITERRITORIALIDADES E MOBILIDADE PENDULAR

Conhecer o território na perspectiva da educação requer acessar diversas concepções existentes em torno de um termo usado em diversas áreas de conhecimento. Ao ser reduzido o conceito de território a uma dimensão de gestão física ou administrativa, deixando de lado seu aspecto simbólico e cultural, corre-se o risco de não se alcançar a essência do fenômeno.

Por ser um conceito que possui o potencial de abarcar inúmeros significados, sendo esses utilizados de modo bastante amplo e indistinto (SOUZA, 2015), faz-se necessário apresentar as possibilidades de utilização mais recorrentes e evidenciar aquela escolhida para orientar os pressupostos teóricos e metodológicos deste trabalho.

Diversos autores têm discutido o conceito de território nas últimas décadas (GOTTMANN, 1975; RAFFESTIN, 1993; SOUZA, 1995; SANTOS, *et al* 2000; HAESBAERT, 2004; SAQUET, 2010). Embora haja discordância conceitual entre eles, todos partem da premissa de que o território se constitui a partir das relações de poder.

A abordagem do conceito de território trazida por Raffestin (1993) foi escolhida como suporte deste trabalho pelo fato do autor partir de uma perspectiva que privilegia a discussão das dimensões política e econômica do uso do espaço e da efetivação da territorialidade. Para o autor, o território, antes de tudo, trata-se de um espaço que é apropriado concreta ou abstratamente pelo (s) sujeito (s). Neste sentido, o espaço precede a ideia de território e serve como base para que seja possível a manifestação do mesmo.

“Local” de possibilidades, [o espaço] é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

A objetivação desse espaço, simbolicamente representado, ou seja, a transformação do algo conceitual em algo que toma concretude através de práticas, ações e comportamentos, passa necessariamente pelo crivo dos códigos e sistemas sêmicos presentes no contexto que estes indivíduos estão inseridos. Dessa forma, a construção territorial se dá através da comunicação

de intenções de determinado ator sobre uma realidade material por meio de um sistema sêmico. Nesse diapasão, Raffestin (1993) reafirmou que a construção do território passa pelas vias da comunicação da intenção do ator. Portanto, o território está numa relação social de comunicação, onde o espaço se torna a representação do ator. Como ato de comunicação, o ator, a partir desta representação, pode construir várias outras representações, ou seja, construir vários tipos de tessituras e articular todos os pontos, ou somente alguns, em redes. Ele “pode decidir ligar certos pontos, assegurando entre eles a continuidade por meio de um sistema de junções ou, ao contrário, impedir que certos pontos sejam ligados” (RAFFESTIN, 1993, p. 148). Os signos e significados que compõem a representação deste espaço transformado em território demanda um gasto de energia que por ser dinâmica, está sempre em transformação.

Quando nesse esquema de linhas e redes o ator entra em contato com outro (s) ator (es), o esquema de representações sobre os territórios tende a modificar, mesmo se esses atores possuem os mesmos objetivos. Isso acontece porque toda relação está permeada pelo exercício de poder, visto que é nas relações que o poder é produzido e exercido (RAFFESTIN, 1993).

Raffestin (1993) identificou diferentes elementos que derivam da construção do ator sobre o espaço e fazem parte dos sistemas territoriais. A esses elementos ele deu o nome de superfície, nós e redes. Os elementos não são necessariamente visíveis, pois, por serem ligados às relações de apropriação, são suscetíveis às decisões do ator. Como essas superfícies (ou malhas), nós e redes - são elementos da construção do território pelo ator, alguns fatores vão determinar a natureza deste sistema territorial, sendo que um deles é à distância – não sendo necessariamente uma distância espacial, visto que também pode haver distância de natureza temporal, econômica ou psicológica.

A distância ora descrita está relacionada à interação do ator com os diversos locais e pode se configurar pelas relações políticas, sociais ou culturais. Esse sistema de demanda e procura vai condicionar a construção do território, a partir dos elementos territoriais que vão imprimir no espaço um princípio hierárquico que serve para ordenar as ações dos indivíduos. Como afirma Raffestin (1993, p. 146) “esses sistemas de tessituras, de nós e de redes, organizados hierarquicamente, permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído”. Estas relações de poder ocorrem em diferentes configurações de uma

sociedade para outra, mas nunca estão ausentes.

A partir da análise realizada na obra de Claude Raffestin, Saquet (2010) apontou que o autor, tendo como referência a filosofia pós-estruturalista de Michel Foucault, retira o foco da análise do exercício de poder exclusivamente da atuação do Estado e das instituições para investigar o poder nas relações estabelecidas na vida cotidiana, entre os indivíduos. Saquet segue afirmando que na obra de Raffestin, o poder não só está intrinsecamente ligado às relações sociais, mas também que é impossível a existência das relações sociais sem o estabelecimento dos campos de poder. Raffestin fez “uma abordagem também multidimensional das relações de poder que se traduz numa compreensão múltipla do território e da territorialidade” (SAQUET, 2010, p. 33).

Trazendo uma concepção de território bem próxima à de Raffestin, Souza (2015) descreveu como sendo um espaço definido e demarcado por, e, a partir de relações de poder. A partir dessa premissa, o autor trouxe diversas reflexões que auxiliaram na compreensão do conceito, tais como “quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço?”, “quem domina ou influencia, e como domina ou influencia esse espaço?” Esta última pergunta leva inevitavelmente à outra questão primordial: “quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?” Com essas indagações, o autor busca entender as motivações para se conquistar ou defender determinado território, esclarecendo que tais motivações definitivamente não possuem apenas cunho político, mas podem ser fortemente e até primariamente de natureza cultural ou econômica, por exemplo. Neste sentido, como enfatizado por Cury (2000), a educação se mostrou proeminentemente ao longo dos séculos como delimitadora de fronteiras sociais e campo de poder em especial das relações de classe.

Como explicitado nos capítulos anteriores, o processo de interiorização das IES's associado a fatores como as políticas de inclusão no ensino superior, o melhoramento da malha viária, o processo de regionalização do espaço de vida cotidiano, dentre outros, possibilitou a emancipação de um contexto favorável à mobilidade pendular para a educação superior. Isso permitiu que um público que em contextos anteriores não teria condições de territorializar um espaço de educação superior pudesse ter acesso a este tipo de serviço e romper paradigmas, re-significando, tanto o território onde ele está quanto o território para onde vai. Emmel (2016) confirmou essa perspectiva ao afirmar que:

A mobilidade pendular ocasiona a (re) estruturação de um território, criando novos espaços sociais e novas territorialidades tanto nos lugares de origem quanto de destino. A mudança de lugar, pelos sujeitos que se deslocam, implica na apropriação e uso de novos espaços, o que influencia nas políticas referentes à infraestrutura e funcionalidade urbana e social (EMMEL, 2016, p. 37).

Dessa forma, os espaços onde se inserem as IES, territorializado pelos estudantes da região do Vale do Rio Doce que dinamicamente criam novas territorialidades ao se movimentarem de um ponto a outro, se configura mais que um campo de interação entre as pessoas. É um campo de interações de cultura, valores, costumes e condições sociais onde são exercidas as relações de poder.

Vivendo o tripé sociedade-espaço-tempo, as relações sociais são tecidas, e o estudante é capaz de atingir uma autonomia no processo de produção do território a partir da relação com os serviços educacionais. Assim, esse tripé não apenas transforma os espaços ocupados em território, mas também exerce uma territorialidade, o que é uma perspectiva fundamental para se viver a multiterritorialidade oriunda das novas relações de poder que os estudantes estabelecem com outros indivíduos, e com o sistema de ensino superior em um território-zona.

Dado o foco que o presente trabalho possui, é importante nesse momento invocar as contribuições de Haesbaert (2001, 2004, 2010) acerca do conceito de territorialidade e de multiterritorialidade, visando uma compreensão mais abrangente das relações estabelecidas entre os alunos e os territórios por eles apropriados.

Para Haesbaert (2004, p.1), “território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”. Apesar das semelhanças encontradas com a concepção de Rafestin, Haesbaert insere na sua discussão, além das dimensões política e econômica trazidas pelo primeiro, a dimensão cultural (EMMEL, 2016).

Nesse sentido, a territorialização é entendida como o processo de apropriação e o estabelecimento de poder em novos espaços, sendo a territorialidade a manifestação desse processo. Ao ter realizado uma breve perspectiva histórica da manifestação da territorialização nos diferentes arranjos e configurações da sociedade, Haesbaert, (2004) afirmou que

Os objetivos dos processos de territorialização, ou seja, de dominação e de apropriação do espaço, variam muito ao longo do tempo e dos espaços. Assim, as sociedades tradicionais conjugavam a construção material (“funcional”) do território como abrigo e base de “recursos” com uma profunda identificação que recheava o espaço de referentes simbólicos fundamentais à manutenção de sua cultura. Já na sociedade “disciplinar” moderna (até por volta do século XIX) vigorava a funcionalidade de um “enclausuramento disciplinar” individualizante através do espaço – não dissociada, é claro, da construção da identidade (individual mais do que de grupo). Mais recentemente, nas sociedades “de controle” ou “pós-modernas” vigora o controle da mobilidade, dos fluxos (redes) e, conseqüentemente, das conexões – o território passa então, gradativamente, de um território mais “zonal” ou de controle de áreas para um “território-rede” ou de controle de redes. Aí, o movimento ou a mobilidade passa a ser um elemento fundamental na construção do território (HAESBAERT, 2004, p. 5).

Diante da premissa da mobilidade enquanto elemento fundamental na construção do território é que este trabalho buscou dialogar. A mobilidade pendular, estimulada pelo sistema capitalista, perpassa necessariamente por questões de ordem social e econômica e, ao mesmo tempo, dinamiza e re-significa os espaços e territórios (MELCHIOR, 2008).

De acordo com Vasconcellos (2001), recentemente é que a mobilidade passou a ser analisada de forma mais abrangente, deixando de abarcar somente a quantificação de fluxo entre os municípios. A partir das novas perspectivas sob as quais o fenômeno vem sendo trabalhado, tornou-se evidente que uma gama de fatores e processos distintos está tanto na base estrutural do sistema produtivo e no dia a dia dos sujeitos, quanto na forma urbana, nas interações espaciais, nas dinâmicas demográficas, no sistema de transportes e de gestão pública dos espaços por onde flui essa mobilidade. Emmel (2016, p. 35) assegurou que “neste contexto urbano, o direito a mobilidade se apresenta como necessidade da sociedade para sua reprodução”. E é a partir deste trânsito pelos espaços que emana a multiterritorialidade.

O movimento pendular e regular dos estudantes que fazem o ensino superior fora de seu domicílio de residência vai ao encontro da ideia de Haesbaert (2010) ao apontar que sempre vivemos uma multiterritorialidade.

A existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade” (HAESBAERT, 2010, p. 344).

Raffestin (1993) concebeu a territorialidade como o conjunto de relações mantidas com o território. Partindo dessa mesma premissa, Haesbaert (2004, 2013) se propôs a conceituar a

multiterritorialidade, reforçando a importância do senso de pertencimento desenvolvido pelas pessoas e pelos grupos, e sua integração com o espaço geográfico.

Contudo, estar em múltiplos territórios não é uma condição que por si só levará à manifestação da multiterritorialidade. Outras questões devem ser levadas em consideração, como explica o autor ao buscar distinguir a múltipla territorialidade da multiterritorialidade.

A multiplicidade de territórios como uma condição *sinequa non*, necessária, mas não suficiente, para a manifestação da multiterritorialidade. Rompendo com a dicotomia entre fixidez e mobilidade, território e rede, propusemos uma primeira distinção, muito importante na constituição dos “múltiplos territórios” do capitalismo, entre territórios-zona, mais tradicionais, e territórios-rede, mais envolvidos pela fluidez e a mobilidade (HAESBAERT, 2004, p. 6).

Embora para Haesbaert esteja claro que a complexa relação entre zona e rede sejam os elementos primordiais na constituição do território, ele ratifica que, devido ao fato de o território estar centrado numa relação de poder, essa relação de zona e de redes depende do tipo de relação de poder existente naquele território. Para ele, vários são os tipos de controle territorial e, com isso, ele propõe uma classificação dos múltiplos territórios, que levaram ao entendimento da multiterritorialidade. O autor classifica os territórios como territorializações a) uniterritoriais, que revelam uma correspondência clara entre poder político e identidade cultural; b) político-funcionais, que apesar de serem consideradas tradicionais encerram maior pluralidade cultural dentro do território; c) sobreposições territoriais sucessivas ou concomitantes e, por fim; d) territorializações efetivamente múltiplas, ou seja, uma “multiterritorialidade” manifesta por indivíduos e grupos “que constroem seus territórios na conexão flexível de territórios multifuncionais e multi-identitários” (HAESBAERT, 2004, p.8).

A existência da multiterritorialidade não exige necessariamente uma experiência conjunta, podendo ser vivenciada de maneira diferente por cada indivíduo. O ser humano, por ser essencialmente um ser social e político, é dotado de capacidade de produzir o território, de territorializar. O caráter temporal aliado ao espacial é crucial para a compreensão da multiterritorialidade, pois com o aumento do fluxo, das redes e das dinâmicas sócio-espaciais, as práticas e vivências de múltiplos papéis criam diversas representações espaciais não necessariamente associadas, que se originam das práticas e ideias do que se vive no momento presente (HAESBAERT, 2004).

Todos os aspectos observados até aqui, são levados em consideração nos estudos de Haesbaert (2004, 2010, 2013), mas ele ainda polarizou a discussão ao insistir em fazer compreender que a multiterritorialidade não implica na formação de novos territórios, que não se trata de desterritorialização ou reterritorialização. As influências das pessoas no território ou nos múltiplos territórios a que têm acesso geram na sociedade igual impacto de multiterritorialização, onde as pessoas vivenciam substancialmente esta multiterritorialidade. Para ele, é a partir das articulações espaciais e da mobilidade social que surge - “territórios redes flexíveis” de acesso a múltiplas possibilidades de experiências espaciais nos vários territórios existentes, criando, a partir disto, outra multiterritorialidade. Sendo assim, na análise da multiterritorialidade, faz-se imprescindível entender os agentes que a promovem, seus caracteres – sejam simbólicos, sejam funcionais –, o entendimento da natureza espaço-tempo e seu caráter contínuo ou descontínuo.

Diante do panorama apresentado, Emmel (2016) trouxe importantes contribuições ao afirmar que para os estudos que tem como objeto a mobilidade pendular torna-se relevante retirar o foco apenas sobre a vida local do indivíduo e ampliar o foco de análise.

Considera-se que “é válido considerar o perfil das pessoas que realizam a pendularidade, buscando entender de que forma este sujeito se apropria do território, ou então analisar com qual território estabelece relações mais próximas” (EMMEL, 2016, p. 36).

A partir do panorama teórico-conceitual até aqui apresentado, tornou-se evidente a necessidade de se compreender melhor as inter-relações culturais, sociais e pessoais vividas pelos estudantes que interagem nos territórios-zonas, assim como observar as ações político-administrativas ligados às relações de poder que a pós-modernidade trouxe aliada à mobilidade social.

No capítulo seguinte foi possível caracterizar a mesorregião do Vale do Rio Doce, objeto de estudo deste trabalho.

5 CARACTERIZAÇÃO DA MESORREGIÃO DO VALE DO RIO DOCE

O processo de ocupação do Vale do Rio Doce, de acordo com Espindola (2015), se deu de forma lenta e gradual no decorrer do século XIX, sendo predominantemente ocupado em terras devolutas por lavradores pobres e poucos fazendeiros criadores de gado. Somente com a construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), iniciada em 1903, é que se iniciou o processo de expansão demográfica da região. A inserção da ferrovia tinha como pretensão, além de satisfazer os interesses político-estratégicos de Minas Gerais, do Espírito Santo e da União, também instigar a ocupação demográfica e comercial desta zona de povoação rarefeita.

A tentativa de transformação de Minas Gerais em um centro econômico do país, na busca pela manutenção da posição e influência na esfera nacional, fez com que as atenções se voltassem, a partir da década de 1930, para a região leste do estado. Em um contexto onde as nações industrializadas, especialmente as que dominavam a produção de aço, exerciam grande poderio, “o território mineiro, localizado a leste da capital, oferecia a combinação dos meios para o progresso econômico: minério de ferro, matas e rios” (ESPINDOLA, 2015, p. 191).

O novo cenário do vale do rio Doce comandado pela lógica capitalista, muito diferente do que havia sido até 1930, acelerou a entrada de indivíduos com interesses mercantis ou com a ambição de se estabelecer economicamente, adensando os incipientes núcleos urbanos surgidos do processo de territorialização anterior. (...) os núcleos urbanos receberam também indivíduos que se estabeleceram como industriais ou comerciantes, ou a combinação das duas coisas, além de profissionais liberais, particularmente médicos e advogados, que também se tornaram proprietários de fazendas de engorda de gado bovino (ESPINDOLA, 2015, p. 194).

Conforme Figueiredo (2016, p. 15), “a implantação, em diferentes momentos históricos, de várias atividades exportadoras, explica, não somente as formas diferenciadas de ocupação do Brasil, como, simultaneamente, está na base da construção de sua diferenciação regional”.

Os anos que se seguiram a partir de 1930 segundo Brito e Pinheiro (2009) foram marcados ora pelo avanço, com a instalação de indústrias como a Belgo-Mineira em João Monlevade (1930), a Acesita em Timóteo (1944), a Usiminas em Ipatinga (1956) e a Cenibra em Belo Oriente (1970). E ainda como bem descreveu Espindola (2015) de 1930-1970, também foram anos marcados pela estagnação ou declínio das atividades agropecuárias, mercantis e da indústria siderúrgica em 1980. Todo esse processo vai dar os contornos assumidos atualmente

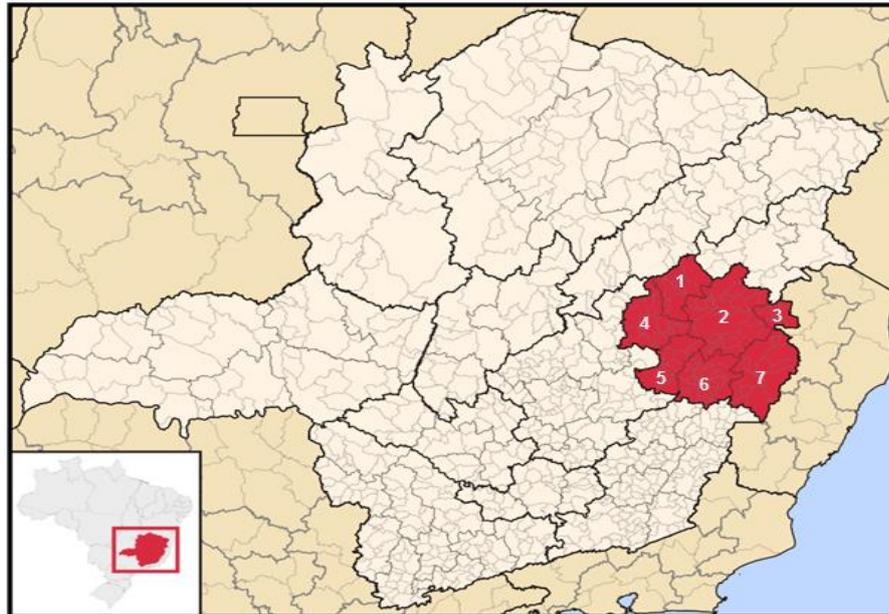
pela economia na MVRD.

As profundas transformações ocorridas no contexto mundial na década de 1990 reverberaram no Brasil provocando significativas mudanças no cenário econômico nacional, impactando a dinâmica regional e contribuindo para a construção da atual configuração territorial. Entre essas mudanças estão à implantação de uma “política de abertura comercial intensa e rápida, a priorização à integração competitiva, reformas profundas na ação do Estado e, finalmente, a implementação de um programa de estabilização que já dura há vários anos” (BARCELAR, 2006, p. 18). Este cenário propiciou a intensificação cada vez maior da regionalização em detrimento à concentração da economia nacional.

Nesse contexto, tanto a distensão operada na alocação de investimentos, como aquela ocorrida no marco regulatório dos serviços públicos, assim como o próprio contingenciamento ambiental imposto pela legislação e, mesmo, a acomodação de interesses diversos que gravitam no mundo globalizado atual, deverão promover uma desconcentração espacial das redes físicas e dos investimentos produtivos (...). Até o momento tal desconcentração tem ocorrido, grosso modo, no interior do próprio segmento Sul-Sudeste, ora em benefício de áreas localizadas no interior do Estado de São Paulo, ora daquelas situadas nos Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, reduzindo a participação relativa do núcleo metropolitano em favor dos municípios de sua periferia imediata ou, mesmo, do interior desses estados (FIGUEIREDO, 2016, p. 28-29).

O Brasil possui 137 mesorregiões distribuídas em todas as Unidades Federadas. O estado de Minas Gerais é dividido em 12 mesorregiões, que são subdivididas em 66 microrregiões (IBGE, 1990). A mesorregião do Vale do Rio Doce, localizada no nordeste do estado de Minas Gerais, é formada pelas microrregiões de Aimorés, Caratinga, Governador Valadares, Guanhães, Ipatinga, Mantena e Peçanha, totalizando 102 municípios.

Figura 1 – Mesorregião do Vale do Rio Doce, Minas Gerais, Brasil



Microrregiões: 1. Peçanha; 2. Governador Valadares; 3. Mantena; 4. Guanhães; 5. Ipatinga; 6. Caratinga; 7. Aimorés.

Fonte: Adaptado de Wikipédia³

A mesorregião possuía segundo os dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE), uma população de 1.620.993 habitantes, representando 8,27% da população do estado de Minas Gerais. Como podem ser visualizadas no Quadro 1, as duas maiores microrregiões do estado de Minas Gerais, em termos populacionais, são as de Ipatinga e Governador Valadares, e seus principais municípios são Governador Valadares, Ipatinga, Coronel Fabriciano, Caratinga, Timóteo, Guanhães, Santana do Paraíso, Mantena, Mutum e Aimorés. A mesorregião apresentou em 2010 um PIB de R\$20.981.000.000,00 o que representava 6,0% do PIB do estado (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013).

³ Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregi%C3%A3o_do_Vale_do_Rio_Doce> Acesso em: 06 de jul de 2016.

Quadro 1 – Mesorregião do Vale do Rio Doce: população por município e microrregião em 2010

Nome da Microrregião	Nome do Município	População	% população meso
Aimorés (149.404 hab.) (9,22% pop. meso)	Aimorés	24.959	1,54
	Alvarenga	4.444	0,27
	Conceição de Ipanema	4.456	0,27
	Conselheiro Pena	22.242	1,37
	Cuparaque	4.680	0,29
	Goiabeira	3.053	0,19
	Ipanema	18.170	1,12
	Itueta	5.830	0,36
	Mutum	26.661	1,64
	Pocrane	8.986	0,55
	Resplendor	17.089	1,05
	Santa Rita do Itueto	5.697	0,35
	Taparuba	3.137	0,19
Caratinga (253.421 hab.) (15,63% pop. meso)	Bom Jesus do Galho	15.364	0,95
	Bugre	3.992	0,25
	Caratinga	85.239	5,26
	Córrego Novo	3.127	0,19
	Dom Cavati	5.209	0,32
	Entre Folhas	5.175	0,32
	Iapu	10.315	0,64
	Imbé de Minas	6.424	0,40
	Inhapim	24.294	1,50
	Ipaba	16.708	1,03
	Piedade de Caratinga	7.110	0,44
	Pingo-d'Água	4.420	0,27
	Santa Bárbara do Leste	7.682	0,47
	Santa Rita de Minas	6.547	0,40
	São Domingos das Dores	5.408	0,33
	São João do Oriente	7.874	0,49
	São Sebastião do Anta	5.739	0,35
	Tarumirim	14.293	0,88
Ubaporanga	12.040	0,74	
Vargem Alegre	6.461	0,40	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010(Continua)

Quadro 1 – Mesorregião do Vale do Rio Doce: população por município e microrregião em 2010

Nome da Microrregião	Nome do Município	População	% população meso
Ipatinga (526.781 hab.) (32,50% pop. meso)	Açucena	10.276	0,63
	Antônio Dias	9.565	0,59
	Belo Oriente	23.397	1,44
	Coronel Fabriciano	103.694	6,40
	Ipatinga	239.468	14,77
	Jaguaraçu	2.990	0,18
	Joanésia	5.425	0,33
	Marliéria	4.012	0,25
	Mesquita	6.069	0,37
	Naque	6.341	0,39
	Periquito	7.036	0,43
	Santana do Paraíso	27.265	1,68
Timóteo	81.243	5,01	
Mantena (63.208 hab.) (3,90% pop. meso)	Central de Minas	6.772	0,42
	Itabirinha	10.692	0,66
	Mantena	27.111	1,67
	Mendes Pimentel	6.331	0,39
	Nova Belém	3.732	0,23
	São Félix de Minas	3.382	0,21
	São João do Manteninha	5.188	0,32
Governador Valadares (415.696 hab.) (25,64% pop. meso)	Alpercata	7.172	0,44
	Campanário	3.564	0,22
	Capitão Andrade	4.925	0,30
	Coroaci	10.270	0,63
	Divino das Laranjeiras	4.937	0,30
	Engenheiro Caldas	10.280	0,63
	Fernandes Tourinho	3.030	0,19
	Frei Inocência	8.920	0,55
	Galiléia	6.951	0,43
	Governador Valadares	263.689	16,27
	Itambacuri	22.809	1,41
	Itanhomi	11.856	0,73
	Jampruca	5.067	0,31
	Marilac	4.219	0,26
	Nacip Raydan	3.154	0,19
	Nova Módica	3.790	0,23
	Pescador	4.128	0,25
	São Geraldo da Piedade	4.389	0,27
	São Geraldo do Baixo	3.486	0,22
	São José da Safira	4.075	0,25
	São José do Divino	3.834	0,24
	Sobralia	5.830	0,36
Tumiritinga	6.293	0,39	
Mathias Lobato	3.370	0,21	
Virgolândia	5.658	0,35	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010(Continua)

Quadro 1 – Mesorregião do Vale do Rio Doce: população por município e microrregião em 2010

Nome da Microrregião	Nome do Município	População	% população meso
Peçanha (81.520 hab.) (5,03% pop. meso)	Água Boa	15.195	0,94
	Cantagalo	4.195	0,26
	Frei Lagonegro	3.329	0,21
	José Raydan	4.376	0,27
	Peçanha	17.260	1,06
	Santa Maria do Suaçuí	14.395	0,89
	São José do Jacuri	6.553	0,40
	São Pedro do Suaçuí	5.570	0,34
	São Sebastião do Maranhão	10.647	0,66
Guanhães (130.963 hab.) (8,08% pop. meso)	Braúnas	5.030	0,31
	Carmésia	2.446	0,15
	Coluna	9.024	0,56
	Divinolândia de Minas	7.024	0,43
	Dores de Guanhães	5.223	0,32
	Gonzaga	5.921	0,37
	Guanhães	31.262	1,93
	Materlândia	4.595	0,28
	Paulistas	4.918	0,30
	Sabinópolis	15.704	0,97
	Santa Efigênia de Minas	4.600	0,28
	São João Evangelista	15.553	0,96
	Sardoá	5.594	0,35
	Senhora do Porto	3.497	0,22
Virginópolis	10.572	0,65	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010

No próximo capítulo serão apresentadas juntamente com os resultados do trabalho, mais informações sobre a mesorregião do Vale do Rio Doce.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Alves e Franco (2011, p. 483) “para se conhecer a realidade educacional de um país são necessários dados de oferta educacional, acesso aos sistemas de ensino, modalidades de ensino, fluxo dos alunos ao longo da trajetória escolar e desempenho escolar”. Dessa forma, a movimentação dos alunos apresentou-se como um dos fatores fundamentais para a compreensão da realidade educacional brasileira.

Nesse diapasão, foram apresentados e analisados neste capítulo os resultados obtidos a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010 relativos aos deslocamentos pendulares dos estudantes de nível superior em graduação e pós-graduação na Mesorregião do Vale do Rio Doce. Segundo os dados do Censo Demográfico de 2010, 38.548 estudantes realizavam movimento pendular na MVRD para estudar fora de seus municípios, considerando todos os níveis de ensino.

Na Tabela 1, pode-se observar que os municípios de Ipatinga, Governador Valadares, Coronel Fabriciano e Caratinga receberam mais da metade dos estudantes (56,80%) que se deslocaram dentro da mesorregião, fato que os qualificou como municípios receptores (ÂNTICO, 2005).

Tabela 1 – Principais municípios da Mesorregião do Vale do Rio Doce procurados por estudantes de todos os níveis que fazem movimento pendular com o objetivo de estudar – 2010

Município	Freq	% na meso	% Cumulativo
Ipatinga	8.815	22,87	22,87
Governador Valadares	4.939	12,81	35,68
Coronel Fabriciano	4.594	11,92	47,60
Caratinga	3.545	9,20	56,80
Timóteo	1.363	3,54	60,33
Aimorés	901	2,34	62,67
Guanhães	862	2,24	64,91
Mantena	684	1,77	66,68
São João Evangelista	677	1,76	68,44
Virginópolis	555	1,44	69,88
Outros municípios da meso	11.612	30,12	100,00
Total mesorregião	38.548	130,12	***

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

A mesma análise, feita apenas para os níveis de graduação e pós-graduação, indicaram que esses mesmos municípios – Ipatinga, Coronel Fabriciano, Governador Valadares e Caratinga – também se apresentavam como os maiores receptores de estudantes que se deslocam para estudar. Dos 38.548 estudantes que realizam deslocamento entre municípios, 15.928 estavam matriculados em curso de graduação ou pós-graduação. Na Tabela 2 pode-se observar que, dentre os 15.928 estudantes de nível superior, 14.037, ou seja, 88,13% estavam cursando a graduação. Observa-se ainda que 82,00% dos estudantes de graduação da MVRD que se deslocavam para outros municípios para estudar, procuravam como destino, os municípios de Ipatinga (29,61%), Coronel Fabriciano (23,16%), Governador Valadares (16,06%) e Caratinga (13,14%).

Tabela 2–Principais municípios da Mesorregião do Vale do Rio Doce procurados por estudantes do ensino superior que fazem movimento pendular com o objetivo de estudar– 2010

Município	Graduação		Especialização lato sensu		Mestrado		Doutorado		Total	
	Estudantes	%	Estudantes	%	Estudantes	%	Estudantes	%	Estudantes	%
Ipatinga	4.157	29,61	614	35,15	34	26,77	4	23,53	4.809	30,19
Coronel Fabriciano	3.251	23,16	424	24,27	27	21,26	0	0,00	3.702	23,24
Governador Valadares	2.255	16,06	399	22,84	34	26,77	9	52,94	2.697	16,93
Caratinga	1.845	13,14	77	4,41	24	18,90	0	0,00	1.946	12,22
Virginópolis	397	2,83	35	2,00	0	0,00	0	0,00	432	2,71
Aimorés	352	2,51	42	2,40	0	0,00	0	0,00	394	2,47
Guanhães	353	2,51	32	1,83	3	2,36	4	23,53	392	2,46
Timóteo	353	2,51	22	1,26	0	0,00	0	0,00	375	2,35
Mantena	173	1,23	29	1,66	2	1,57	0	0,00	204	1,28
São João Evangelista	124	0,88	11	0,63	3	2,36	0	0,00	138	0,87
Outros municípios da meso	777	5,54	62	3,55	0	0,00	0	0,00	839	5,27
Total	14.037	100,00	1.747	100,00	127	100,00	17	100,00	15.928	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010

Os dados apresentados na Tabela 2 demonstraram a existência de um fluxo pendular entre as cidades de médio porte e as cidades de pequeno porte da MVRD.

Baeninger (1996) e Haesbaert (2004) já apontavam em seus estudos uma tendência a descentralização e ao distanciamento da dependência com as capitais estaduais a partir das novas configurações de territórios zonais que começaram a se formar na década de 1990. O aumento gradual do fluxo de alunos de cidades menores para as cidades médias, principalmente após a criação de programas de inserção e permanência no ensino superior nos anos 2000, reforça estas premissas.

Segundo Reolon e Miyazaki (2015), a tendência de cidades médias atraírem o fluxo dos movimentos pendulares é corroborada por diversas análises realizadas nos dados censitários

nos últimos anos. Ainda de acordo com Reolon e Miyazaki (2015, p. 64), “as cidades médias constituem-se os principais receptores dos deslocamentos pendulares, enquanto os municípios de seu entorno imediato são caracterizados como evasores, ou seja, aqueles que apresentam mais saídas do que entradas”. O estudo realizado pelos autores confirmou essas evidências, demonstrando a importância que apresentam as cidades de médio porte dentro dos aglomerados urbanos nas configurações territoriais.

Os dados apresentados pelas tabelas 1 e 2 seguem o mesmo padrão apresentado por Reolon e Miyazaki, confirmando que as cidades médias da MVRD têm acompanhado a tendência deste fenômeno da regionalização que vem ocorrendo nas últimas décadas no Brasil.

Caratinga, o município que apresenta menor escore de pendularidade dentre os 4 primeiros, possui sete IES em funcionamento, de acordo com o site do MEC⁴: UNEC, FACTUAL, FATUR, FIC, UNIDERP, UNIUBE e UFOP. Dessas, destaca-se a UNEC (Centro Universitário de Caratinga), que oferece 19 cursos de graduação e 8 de pós-graduação nas áreas de licenciaturas, ciências exatas e saúde⁵.

Atualmente, Ipatinga possui 21 IES distribuídas em 25 pólos, sendo a Unileste (Centro Universitário do Leste de Minas Gerais) a instituição de referência da região, estabelecendo-se como maior complexo educacional do Vale do Aço⁶. A referida instituição possui dois campi onde são oferecidos 23 cursos de graduação através da Escola de Ciências Sociais Aplicadas, Escola Politécnica e Escola de Educação e Saúde e 3 cursos de pós-graduação nas áreas de engenharias e gestão de negócios. Em Ipatinga são oferecidos os cursos da área de Saúde e os demais no campus Central, localizado em Coronel Fabriciano. Além da Unileste, Ipatinga conta com polos de outras vinte IES tais como da Faculdade Pitágoras, Doctum, UNIP, UNOPAR, UFJF e UFOP.

Coronel Fabriciano, por sua vez, conta com mais seis IES atuando em seu território além da Unileste, todas distribuídas em 9 polos. São elas: Estácio de Ribeirão Preto, UNINTER, UCB, ULBRA, UNP e Mackenzie. Estas outras seis IES de Coronel Fabriciano são polos de educação à distância e oferecem, em sua maioria, cursos de licenciatura e tecnólogos.

⁴ Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em 06 abr. 2017.

⁵ Disponível em: <<http://www.unec.edu.br/>>. Acesso em 06 abr. 2017.

⁶ Disponível em: <<http://www.unilestemg.br/>>. Acesso em 06 abr. 2017.

Esta configuração – onde aparece um menor número de IES que oferecem cursos presenciais de áreas variadas e um maior número de IES que oferecem uma variedade menor de cursos na modalidade EAD ou semipresenciais – também pode ser observada nos outros municípios receptores da região analisada. Dos quatro municípios analisadas, Governador Valadares é o que apresenta maior número de IES que oferecem cursos presenciais.

Em 1967 foi fundada o primeiro IES de Governador Valadares, o Minas Instituto de Tecnologia (MIT) que, em 1992 se transformou na Universidade Vale do Rio Doce, a maior instituição da região, que hoje oferece 25 cursos de graduação em todas as áreas do conhecimento, além de cursos de extensão, pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*. Em 1968 foi fundada a Faculdade de Direito Vale do Rio Doce e em 1975, a Faculdade de Administração de Empresas de Governador Valadares (COSTA, 2006). Atualmente são 21 IES em funcionamento no município espalhadas por 28 polos. Destes polos educacionais, 5 são de instituições públicas, sendo a maior delas a Universidade Federal de Juiz de Fora, que possui no município um campus avançado ofertando desde 2013, 9 cursos (Administração, Ciência econômicas, Ciências contábeis, Direito, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Nutrição e Odontologia), tendo em 2014 passado também a ofertar o curso de Educação Física⁷.

Os dados que foram apresentados nas tabelas seguintes (3-10) indicaram com maiores detalhes os municípios de onde mais evadiram estudantes com destino aos 4 municípios que mais receberam estudantes de graduação e pós-graduação (Ipatinga, Coronel Fabriciano, Governador Valadares e Caratinga). Além de identificar os municípios receptores, os volumes de entrada possibilitam expor a emergência de sub-centros regionais enquanto os volumes de saída apresentam frequentemente certa dependência em relação a estas centralidades, produto da distinção entre o município de residência e município de estudo/trabalho (MOURA; DELGADO; COSTA, 2013).

⁷ Disponível em: <<http://www.ufjf.br/campusgv/>>. Acesso em 14 jan. 2017.

Tabela 3 - Movimento pendular de estudantes de graduação para Ipatinga - 2010

Município	Frequência	%	% acumulado
Coronel Fabriciano	1.089	26,20	26,20
Timóteo	716	17,22	43,42
Santana do Paraíso	313	7,53	50,95
Belo Oriente	268	6,45	57,40
Ipaba	139	3,34	60,74
Iapu	95	2,29	63,03
Naque	85	2,04	65,07
Mesquita	81	1,95	67,02
Antônio Dias	46	1,11	68,13
Caratinga	44	1,06	69,18
Outros municípios da meso	690	16,60	85,78
Outros municípios MG	569	13,69	99,47
Municípios de outras UF's	22	0,53	100,00
Total	4.157	100,00	***

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Analisando pormenorizadamente os municípios receptores e suas características em relação aos demais municípios da mesorregião, observou-se que a distância se configura como um dos fatores facilitadores de acesso, e, embora não seja regra para todos os centros urbanos da mesorregião analisada, essa ocorrência parece ser frequente também em outras localidades do Brasil, conforme indica o estudo realizado por Moura, Lira e Cintra (2012). A Tabela 3 exemplificou bem esta afirmação, e mostrou que 43,42% dos estudantes que escolheram Ipatinga como município de destino para a graduação saiu de Coronel Fabriciano e Timóteo que distam cerca de 14 e 21 km do ponto de destino, respectivamente. A Tabela 4 mostra que o mesmo padrão se repete para a pós-graduação, embora haja uma pequena alternância dos municípios que ocupam as duas primeiras posições:

Tabela 4 - Movimento pendular de estudantes de pós-graduação para Ipatinga - 2010

Município	Frequência	%	% acumulado
Timóteo	130	19,94	19,94
Coronel Fabriciano	94	14,42	34,36
Santana do Paraíso	68	10,43	44,79
Ipaba	36	5,52	50,31
São João do Oriente	31	4,75	55,06
Belo Oriente	30	4,60	59,66
Mesquita	13	1,99	61,66
Guanhães	12	1,84	63,50
São João Evangelista	11	1,69	65,18
Açucena	11	1,69	66,87
Outros municípios da meso	80	12,27	79,14
Outros municípios MG	81	12,42	91,56
Municípios de outras UF's	55	8,44	100,00
Total	652	100,00	***

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

As Tabelas 5, 6, 7, 8, 9 e 10 seguiram a mesma análise, pormenorizando os deslocamentos pendulares motivados pela busca do ensino superior, em nível de graduação ou pós-graduação, onde se vê que tanto para graduação, quanto para a pós-graduação, a tendência é que o movimento pendular se dê entre cidades mais próximas entre si e de fácil acesso. Como apresentado nas Tabelas 5 e 6, Timóteo e Ipatinga fornecem 79,11% dos estudantes de graduação e 57,65% dos de pós-graduação para Coronel Fabriciano, que distam entre si, respectivamente, 10,5 km e 13,8 km.

Tabela 5 - Movimento pendular de estudantes de graduação para Coronel Fabriciano - 2010

Município	Frequência	%	% acumulado
Ipatinga	1.329	40,88	40,88
Timóteo	1.243	38,23	79,11
Santana do Paraíso	34	1,05	80,16
Belo Oriente	33	1,02	81,18
Governador Valadares	26	0,80	81,97
Antônio Dias	26	0,80	82,77
Bom Jesus do Galho	22	0,68	83,45
Caratinga	20	0,62	84,07
Açucena	17	0,52	84,59
Pingo-d'Água	16	0,49	85,08
Outros municípios MG	342	10,52	95,60
Outros municípios da meso	120	3,69	99,29
Municípios de outras UF's	23	0,71	100,00
Total	3.251	99,29	***

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Tabela 6 - Movimento pendular de estudantes de pós-graduação para Coronel Fabriciano - 2010

Município	Frequência	%	% acumulado
Timóteo	179	39,69	39,69
Ipatinga	81	17,96	57,65
Governador Valadares	55	12,20	69,84
Belo Oriente	22	4,88	74,72
Guanhães	13	2,88	77,61
Açucena	5	1,11	78,71
Jaguaraçu	5	1,11	79,82
Ipaba	4	0,89	80,71
Periquito	3	0,67	81,37
Outros municípios MG	63	13,97	95,34
Municípios de outras UF's	21	4,66	100,00
Total	451	100,00	***

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Sendo um dos maiores receptores de estudantes da Mesorregião do Vale do Rio Doce, o município de Governador Valadares demonstrou ter nos resultados desta pesquisa uma característica de receber estudantes oriundos de diversos lugares. De todos os municípios aqui analisados, Governador Valadares é o que mais recebe alunos vindos de outras unidades federativas, conforme foi analisado nas Tabelas 7 e 8.

Tabela 7 - Movimento pendular de estudantes de graduação para Governador Valadares - 2010

Município	Frequência	%	% acumulado
Conselheiro Pena	184	8,16	8,16
Frei Inocêncio	130	5,76	13,92
Itanhomi	99	4,39	18,31
Engenheiro Caldas	85	3,77	22,08
Itabirinha	85	3,77	25,85
Galiléia	74	3,28	29,14
Alpercata	69	3,06	32,20
Ipatinga	67	2,97	35,17
Tarumirim	60	2,66	37,83
Sardoá	55	2,44	40,27
Outros municípios da meso	853	37,83	78,09
Outros municípios MG	282	12,51	90,60
Municípios de outras UF's	212	9,40	100,00
Total	2.255	100,00	***

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Tabela 8 - Movimento pendular de estudantes de pós-graduação para Governador Valadares - 2010

Município	Frequência	%	% acumulado
Coronel Fabriciano	21	4,75	4,75
Conselheiro Pena	20	4,52	9,28
Alpercata	19	4,30	13,57
Caratinga	19	4,30	17,87
Engenheiro Caldas	17	3,85	21,72
Mutum	16	3,62	25,34
Resplendor	15	3,39	28,73
Goiabeira	14	3,17	31,90
Frei Inocêncio	12	2,71	34,62
Tumiritinga	12	2,71	37,33
Outros municípios da meso	109	24,66	61,99
Outros municípios MG	138	31,22	93,21
Municípios de outras UF's	30	6,79	100,00
Total	442	100,00	***

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

O movimento pendular de estudantes de pós-graduação para Governador Valadares é um fenômeno que pode, em parte, ser explicado pela estratégica localização que o município possui no estado de Minas Gerais, sendo inter cruzado por 3 rodovias (BR-116, BR-381 e BR-

259) e 1 ferrovia que ligam o município a capital dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Raffestin (1993) defendeu que o território é um espaço de redes, malhas e fluxos que ali se instalam, demonstrando o poder e o trabalho que emanam da ocupação humana na projeção das relações marcadas pelo poder. O espaço então é uma porção material onde se manifesta uma intenção ou ação de apoderamento. Esse apoderamento, pelos estudantes da MVRD sobre o espaço, cria redes de fluxos que extrapolam o espaço físico em si, fazendo com que esse não seja apenas um território visto, mas sim um território vivido.

Em consonância com o pensamento de Raffestin (1993) e Haesbaert (2004), o fato do município de Governador Valadares receber grande número de estudantes de outros estados, além de ser importante para as análises da multiterritorialidade, reafirma a ideia de limites e fronteiras territoriais ultrapassando o alcance geográfico das regiões. Dessa forma, a apropriação simbólica do espaço deixa de estar vinculada apenas à circunscrição física do mesmo. Além da privilegiada localização geográfica, este fenômeno pode ser explicado por causa da tradição em ensino superior que a cidade possui (SOUSA, 2011), conforme foi explicitado na página 42.

Respectivamente, as Tabelas 9 e 10 se referiram ao movimento pendular de estudantes de graduação e pós-graduação para o município de Caratinga. Percebe-se que elas apresentam um fluxo atípico quando comparadas aos resultados apresentados pelas tabelas anteriores, onde havia certa estabilidade entre os municípios evasores da graduação e os da pós-graduação que tendiam a serem os mesmos em ambos os casos – embora houvesse alternância nas posições que ocupavam entre os dois níveis de ensino. No caso de Caratinga, entre as cinco cidades que mais enviam estudantes, apenas Bom Jesus do Galho permaneceu entre um nível e outro.

Tabela 9 - Movimento pendular de estudantes de graduação para Caratinga - 2010

Município	Frequência	%	% acumulado
Inhapim	251	13,60	13,60
Ubaporanga	93	5,04	18,64
Bom Jesus do Galho	92	4,99	23,63
Santa Bárbara do Leste	76	4,12	27,75
Entre Folhas	71	3,85	31,60
São Domingos das Dores	71	3,85	35,45
São Sebastião do Anta	62	3,36	38,81
Santa Rita de Minas	55	2,98	41,79
Tarumirim	48	2,60	44,39
Piedade de Caratinga	47	2,55	46,94
Outros municípios da meso	408	22,11	69,05
Outros municípios MG	435	23,58	92,63
Municípios de outras UF's	136	7,37	100,00
Total	1.845	100,00	***

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Tabela 10 - Movimento pendular de estudantes de pós-graduação para Caratinga – 2010

Município	Frequência	%	% acumulado
Coronel Fabriciano	14	13,86	13,86
Ipatinga	11	10,89	24,75
Bom Jesus do Galho	11	10,89	35,64
Santa Rita de Minas	8	7,92	43,56
Córrego Novo	7	6,93	50,50
Tarumirim	7	6,93	57,43
Dom Cavati	5	4,95	62,38
São Domingos das Dores	4	3,96	66,34
Vargem Alegre	4	3,96	70,30
Entre Folhas	3	2,97	73,27
Outros municípios da meso	0	0,00	73,27
Outros municípios MG	27	26,73	100,00
Municípios de outras UF's	0	0,00	***
Total	101	100,00	***

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Nas Tabelas 5 e 6, Ipatinga surgiu como um município de expressiva evasão de estudantes se comparado aos outros. Dentre os municípios analisados, Ipatinga foi o que mais apresentou propensão para ser ao mesmo tempo evasor e receptor de estudantes. Fato que revelou uma forte integração e interdependência existente entre os municípios da microrregião de Ipatinga,

e que não foi possível ser observado na microrregião de Governador Valadares, por exemplo, onde se apresentou marcada pela centralidade em relação aos municípios menores da região.

A particularidade apresentada pelos municípios da microrregião de Ipatinga se deve ao “tratamento de questões supra municipais de localidades funcional e espacialmente interligadas, por meio do planejamento e da gestão de problemas e potencialidades comuns” (COSTA; COSTA, 2000, p. 1055). A região desde 1998 reconhecida, e em 2006 efetivada oficialmente por lei complementar como RMVA (Região Metropolitana do Vale do Aço), integra os municípios de Coronel Fabriciano, Ipatinga, Santana do Paraíso e Timóteo (MINAS GERAIS, 2006).

Dentre os 102 municípios que compõem a Mesorregião do Vale do Rio Doce, os quatro analisados nas tabelas expostas se mostraram mais atrativos para receberem estudantes do ensino superior que realizam movimento pendular. Além do fator de relativa proximidade entre o município de origem e o município de destino, a literatura aponta outras características que dialogam com o perfil apresentado por estas cidades.

Jardim (2011) lembra que os movimentos pendulares estão relacionados direta ou indiretamente a um sistema de privações referentes ao dia a dia da população dos municípios evasores. A população dos municípios menores, com pior infraestrutura e disponibilidade de serviços, recorre aos municípios de maior porte buscando suprir suas necessidades. Neste panorama, “as cidades médias constituem nós da rede urbana e servem a sua área de influência como pontos de prestação de serviços em escala regional” (CASTELO BRANCO, 2007, p. 90).

A MVRD, assim como outras regiões do país, vem a algumas décadas passando por um processo de regionalização. Esse fenômeno, que não acontece apenas a nível local, ajuda a explicar porque dos 102 municípios da MVRD, Ipatinga, Coronel Fabriciano, Governador Valadares e Caratinga se destacam. Um exemplo é o estudo realizado por Frey e Dota (2013) também com a utilização dos dados do censo de 2010, que mostrou que há uma associação entre a mobilidade pendular e a regionalização. Uma vez que esses são os maiores municípios da mesorregião, exercendo forte influência no dinamismo da região, torna-se claro o destaque como receptor de estudantes. Conforme elucida Emmel,

A mobilidade pendular passou a ser uma realidade observada nas cidades médias, sobretudo devido ao dinamismo econômico que essas cidades exercem em seu entorno, e conseqüentemente em suas regiões funcionais. As cidades médias têm uma capacidade de atração de uma populacional regional, que buscam, nessas mesmas cidades, além de ocasiões de trabalho, por diversificados serviços como saúde e educação (EMMEL, 2016, p. 14).

O conceito de multiterritorialidade, conforme discutido por Haesbaert (2004) pode auxiliar na compreensão da formação destes processos de regionalização e dos movimentos pendulares que habitantes de outros municípios, geralmente de menor porte, realizam para municípios maiores em busca de serviços educacionais.

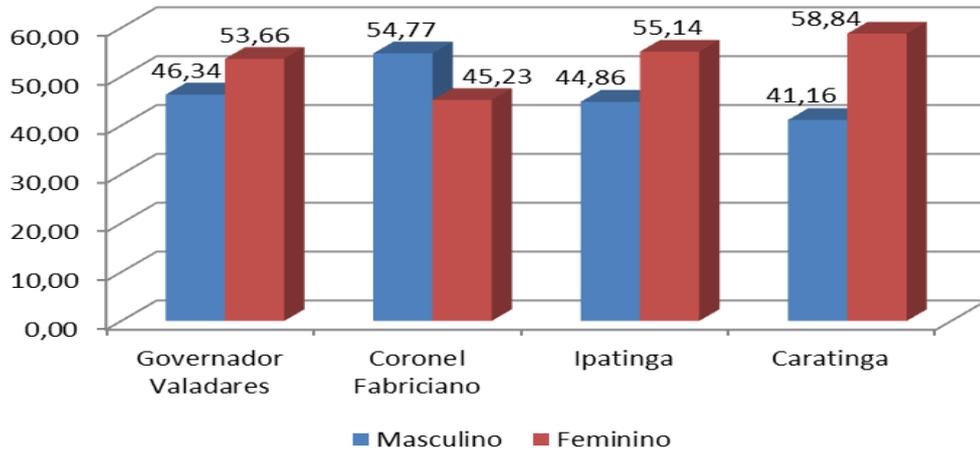
Ainda segundo Haesbaert (2004, p. 18), “falar não simplesmente em desterritorialização, mas em multiterritorialidade e territórios-rede, moldados no e pelo movimento, implica reconhecer a importância estratégica do espaço e do território na dinâmica transformadora da sociedade”. Nesse sentido, mais adequado que falar em desterritorialização destes estudantes que mesmo que temporariamente, deixam seus municípios de origem para estudar fora, é abordar a multiterritorialização pelas vias do indivíduo que experimenta vários territórios ao mesmo tempo e formula, a partir disso, uma territorialização que é múltipla.

O Gráfico 1 ilustra a distribuição dos estudantes pendulares de acordo com o sexo, para cada município receptor analisado neste trabalho. Nota-se que o número de estudantes do sexo feminino é maior do que os estudantes do sexo masculino em todos os municípios, exceto em Coronel Fabriciano. O município de Caratinga se destaca com uma diferença de 17,70% entre homens e mulheres.

O fato do número de estudantes do sexo feminino ser maior que o masculino, nos municípios de Governador Valadares, Ipatinga e Caratinga, é uma ocorrência que tende a se repetir em todo território nacional, tanto para a graduação como para a pós-graduação. De acordo com o MEC (BRASIL, 2015), do total de matrículas realizadas na graduação em 2013 na modalidade presencial, cerca de 3,4 milhões (55,74%) foram de mulheres e 2,7 milhões (54,36%) de homens. Nos últimos anos, conforme ressaltaram Costa e Androsio (2010), influenciado por fatores como a inserção no mercado de trabalho, as conquistas obtidas através do movimento feminista e a maior participação na vida pública e sócio-política, o papel que a mulher ocupa na família vem passando por um processo de transformação e reelaboração. Certamente, essas novas configurações sociais impulsionam as mulheres a buscarem por educação e mais qualificação, influenciando diretamente nas novas

organizações territoriais e refletindo nos movimentos pendulares e na motivação de se deslocar.

Gráfico1 - Movimento pendular de estudantes de graduação na Mesorregião do Rio Doce por município polo e sexo - 2010



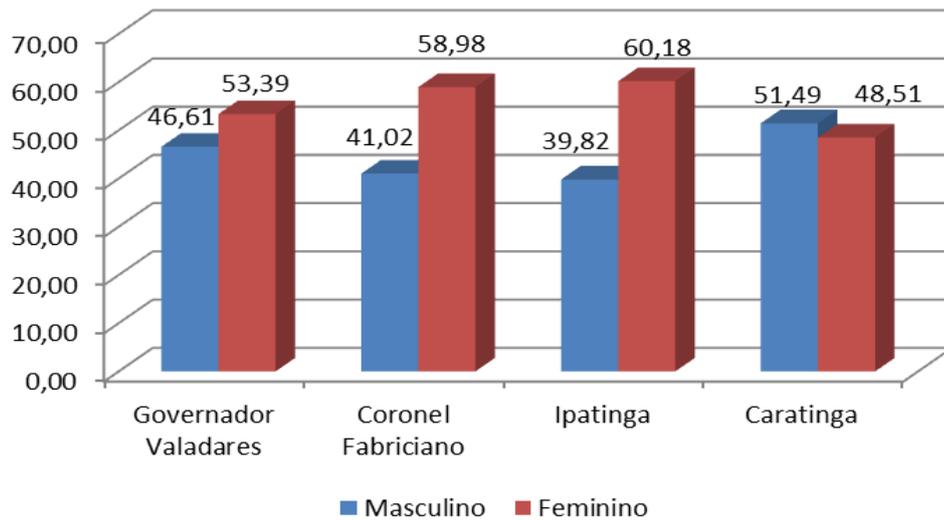
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Na contramão dos outros municípios deste estudo, e também da média brasileira, Coronel Fabriciano apresentou um percentual de estudantes do sexo masculino (54,77%) maior que o do sexo feminino (45,23%). A explicação para esse fenômeno pode estar na maior oferta de cursos tradicionalmente associados ao público masculino. Segundo o censo de 2013 do MEC (BRASIL, 2015), as áreas com maior participação feminina eram “Educação”, “Saúde e Bem-Estar Social” e “Serviços”, enquanto o público masculino ocupava majoritariamente as cadeiras nas áreas de “Engenharia, Produção e Construção” e “Ciências, Matemática e Computação”. Dos 23 cursos de graduação oferecidos pela Unileste, maior IES do município de Coronel Fabriciano, 9 são relativos a áreas com preponderância feminina, 3 pertencem a outras áreas consideradas mistas, enquanto 11 pertencem às áreas ainda dominadas pelos homens. A escola politécnica da instituição é seu carro-chefe, possuindo maior número de cursos oferecidos ao público (UNILESTE, 2016).

O Gráfico 2 mostra o movimento pendular de estudantes de pós-graduação na MVRD por município-polo e sexo. Assim como na graduação, a presença feminina é mais expressiva na pós-graduação, acredita-se que por razões similares. Coronel Fabriciano, ao contrário do que havia apresentado na graduação, exprimiu uma diferença bastante acentuada entre homens e mulheres de quase 18,00%, com vantagem para as mulheres. Caratinga, por sua vez, foi o único município onde o número de homens é maior que o de mulheres matriculadas. Observou-se que neste município a diferença entre homens (51,49%) e mulheres (48,51%)

matriculados é menor que 3,00%, muito pouco quando comparado ao número de mulheres inseridas na graduação e na pós-graduação dos outros municípios da MVRV.

Gráfico2 - Movimento pendular de estudantes de pós-graduação na Mesorregião do Rio Doce por município polo e sexo - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Os dados apresentados acima indicam uma grande conquista das mulheres no espaço universitário. Um levantamento realizado por Guedes (2008), considerando um período de 30 anos (1970-2000), revela a crescente inserção da mulher nos cursos de graduação e pós-graduação, inclusive naqueles que ainda hoje são majoritariamente ocupados por homens. A autora mostrou que houve avanços em todos os cursos, mesmo que em baixa proporção. Em arquitetura, por exemplo, a participação feminina cresceu de 17,00% para 54,00% neste período. Já em engenharia mecânica, o curso que mostrou menor inserção da mulher, a presença feminina subiu de 2,00% para 3,00%. Na pós-graduação *stricto sensu*, as mulheres dominam mestrados e doutorados na área da Pedagogia (83,00%) enquanto os homens ainda reinam absolutos na área das engenharias (82,00%). Para a autora, se por um lado este crescimento se relaciona diretamente com a inserção da mulher no mercado de trabalho e com as exigências deste mercado por uma qualificação cada vez maior, por outro, não se deve deixar de lado a inserção sócio histórica da mulher no mercado ao longo dos anos, as profissões menos valorizadas a elas reservadas e os paradigmas que elas vêm quebrando ao se inserirem nestes espaços aos quais muitas vezes elas não são convidadas a adentrar.

Se, por um lado, acentua-se a tendência de permanência das mulheres nos segmentos menos valorizados no mercado de trabalho, por outro, a expansão da participação feminina em todas as carreiras é um fenômeno que não pode ser ignorado. (...) o processo de expansão da escolarização em diversos contextos, graças a mudanças nas legislações que visaram universalizar o acesso a esse bem, teria consolidado a retirada das mulheres de uma educação predominantemente familiar, na qual os aprendizados eram voltados para seu papel de mãe e esposa, para uma educação voltada para o mundo público. (GUEDES, 2008, p. 126-130).

Quando se considera o gênero ao se discutir o fenômeno da pendularidade estudantil (seja na graduação ou na pós-graduação) e a emergência das multiterritorialidades, a discussão torna-se um pouco mais complexa, tendo em vista que são suscitados outros fatores históricos e sociais que podem intervir na inserção da mulher no ensino superior, considerando o fato dessas residir em um município diferente daquele que estuda. Mesmo diante de inúmeras conquistas tanto no âmbito familiar quanto no âmbito social, acredita-se que indivíduos do sexo feminino encontram mais barreiras sociais para pendular e se apropriar do espaço universitário que os indivíduos do sexo masculino, especialmente quando advindos de municípios muito pequenos e de características marcadamente rurais, onde o pensamento machista ainda se faz bastante presente, retroalimentando a tradicionalidade dos papéis sociais desempenhados por homem e mulher.

Conforme observa Foucault (2015), onde há poder, há resistência. Além dos fatores já mencionados sobre as possíveis causas do aumento expressivo do número de mulheres no ensino superior, deve-se também levar em conta a possibilidade dessas mulheres se apropriarem deste território, antes exclusivamente apropriado por homens, como uma forma de resistência à opressão e de luta por visibilidade social. E mesmo que mulheres e homens teoricamente ocupem o mesmo espaço dentro das IES, ainda é possível perceber as disputas pelo território. Felizmente, as estatísticas vêm apontando uma reversão nesse quadro de desigualdade histórica e mostrando que a tendência é que este panorama de entraves se torne cada vez mais igualitário e as relações de poder estabelecidas tenham no gênero cada vez menos propriedade para marcar a distintividade e a desigualdade das relações.

A Tabela 11 apresenta os resultados relativos à faixa etária dos estudantes da graduação e da pós-graduação da MVRD. Chama a atenção o fato de a grande maioria dos alunos matriculados na graduação estarem na faixa etária entre 15 e 29 anos.

Tabela 11 - Movimento pendular de estudantes na Mesorregião do Rio Doce por município polo e grupo etário - 2010

Nível	Idade	Município									
		Gov. Valadares		Cel. Fabriciano		Ipatinga		Caratinga		Total	
		Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Graduação	15-19 anos	481	21,33	580	17,84	619	14,89	443	24,01	2.123	18,45
	20-24 anos	782	34,68	1.276	39,25	1.728	41,56	822	44,55	4.608	40,04
	25-29 anos	357	15,83	583	17,93	821	19,75	243	13,17	2.004	17,41
	30-34 anos	200	8,87	329	10,12	481	11,57	163	8,83	1.173	10,19
	35-39 anos	168	7,45	249	7,66	226	5,44	65	3,52	708	6,15
	40-44 anos	89	3,95	139	4,28	182	4,38	54	2,93	464	4,03
	45-49 anos	65	2,88	60	1,85	85	2,04	34	1,84	244	2,12
	50-54 anos	69	3,06	30	0,92	11	0,26	8	0,43	118	1,03
	55-59 anos	8	0,35	5	0,15	5	0,12	0	0,00	18	0,16
	60-64 anos	0	0,00	0	0,00	0	0,00	13	0,70	13	0,11
	65-69 anos	36	1,60	0	0,00	0	0,00	0	0,00	36	0,31
Total		2.255	100,00	3.251	100,00	4.158	100,00	1.845	100,00	11.509	100,00
Pós-graduação	15-19 anos	21	4,75	9	2,00	15	2,29	3	2,94	48	2,91
	20-24 anos	65	14,71	73	16,19	151	23,09	26	25,49	315	19,10
	25-29 anos	82	18,55	124	27,49	183	27,98	35	34,31	424	25,71
	30-34 anos	85	19,23	79	17,52	132	20,18	3	2,94	299	18,13
	35-39 anos	73	16,52	92	20,40	41	6,27	6	5,88	212	12,86
	40-44 anos	82	18,55	51	11,31	51	7,80	15	14,71	199	12,07
	45-49 anos	19	4,30	17	3,77	44	6,73	14	13,73	94	5,70
	50-54 anos	3	0,68	6	1,33	28	4,28	0	0,00	37	2,24
	55-59 anos	12	2,71	0	0,00	0	0,00	0	0,00	12	0,73
	60-64 anos	0	0,00	0	0,00	9	1,38	0	0,00	9	0,55
	Total		442	100,00	451	100,00	654	100,00	102	100,00	1.649
Total		2.697	***	3.702	***	4.812	***	1.947	***	13.158	***

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

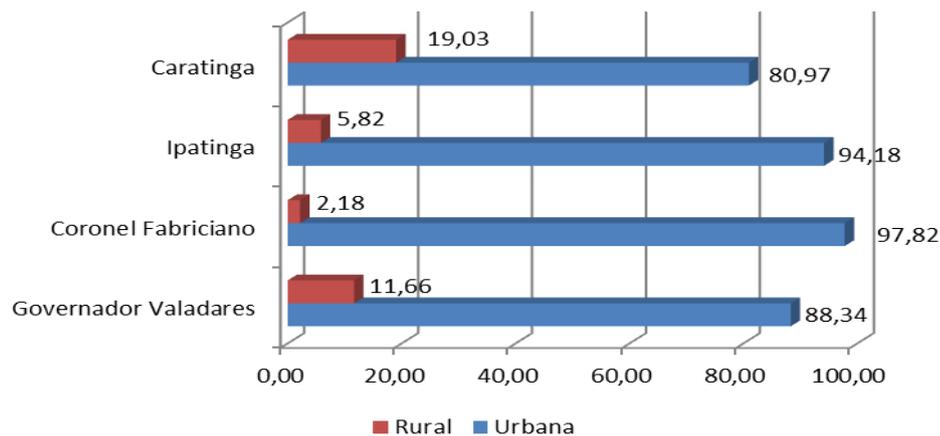
Do total de alunos matriculados na graduação em Governador Valadares, 71,84% são jovens. Em Coronel Fabriciano este percentual sobe para 75,02%, enquanto em Ipatinga 76,20%. Já Caratinga que é a cidade com maior percentual de estudantes jovens, em termos de alunos matriculados, apresentou o percentual de 81,73%. Na pós-graduação, a faixa etária com maior incidência de alunos matriculados é a de 20 a 49 anos, onde Caratinga se destacou mais uma vez ao revelar não possuir nenhum estudante com idade acima de 49 anos cursando um curso de pós-graduação, com quase 60,00% dos estudantes na faixa de 20 a 29 anos de idade. Governador Valadares foi o município que demonstrou uma maior elasticidade na faixa etária dos estudantes matriculados no ensino superior em nível de pós-graduação.

Os gráficos 3 e 4 demonstraram o movimento pendular de estudantes de graduação e de pós-graduação, respectivamente, a partir da situação de domicílio – se residente em zona rural ou urbana. É possível observar o predomínio de indivíduos provenientes de áreas urbanas em todos os municípios receptores de estudantes. Tanto na graduação quanto na pós-graduação, Caratinga foi à cidade com maior percentual de estudantes advindos da zona rural (19,03% e

11,88%, respectivamente) enquanto Coronel Fabriciano, na outra extremidade, apresentou o menor percentual de estudantes da zona rural onde apenas 2,18% do total de alunos matriculados na graduação e 2,66% dos alunos da pós-graduação, não pertenciam à zona urbana.

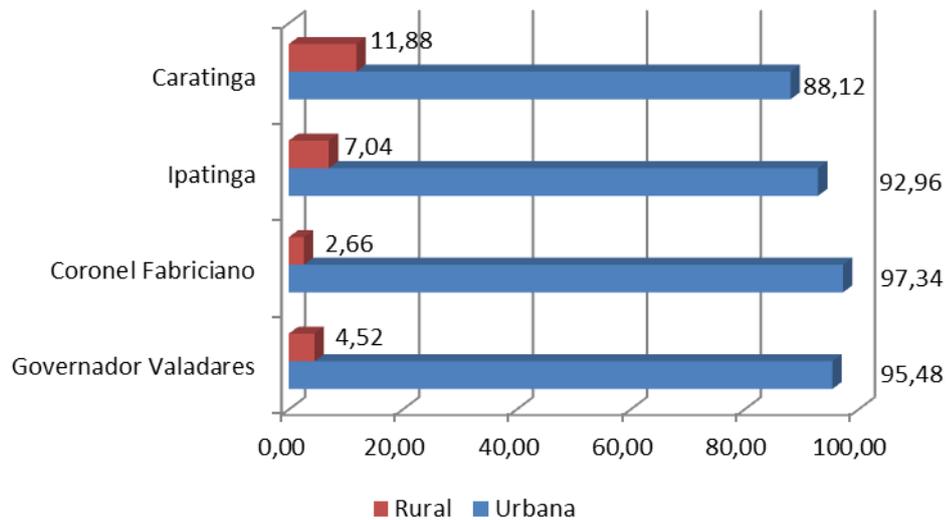
Devido ao intenso êxodo rural ocorrido no país a partir da década de 1950, o número de pessoas residente na zona rural decresceu consideravelmente. Embora o ritmo tenha se desacelerado desde então, este número continua decrescendo até hoje. Os dados dos censos demográficos brasileiros mostram que na década de 1980, pela primeira vez na história do país, a população brasileira deixou de ser majoritariamente rural (45%) para se tornar majoritariamente urbana (55%). Em 2010, 89% dos brasileiros residiam na zona urbana e apenas 11% na zona rural. Desta forma, possuindo a zona urbana número expressivamente maior de habitantes que a zona rural, é compreensível que um percentual expressivamente maior de pessoas que estão nos cursos superiores tenha como origem a zona urbana. Por outro lado, apesar deste argumento apresentar uma lógica simples, não se pode desconsiderar fatores como a distância ou a qualidade das vias de acesso que podem funcionar como dificultadores para pessoas da zona rural que queiram ingressar no ensino superior.

Gráfico 3 - Movimento pendular de estudantes de graduação na Mesorregião do Rio Doce por município pólo e situação de domicílio - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010

Gráfico 4 - Movimento pendular de estudantes de pós-graduação na Mesorregião do Rio Doce por município pólo e situação de domicílio - 2010

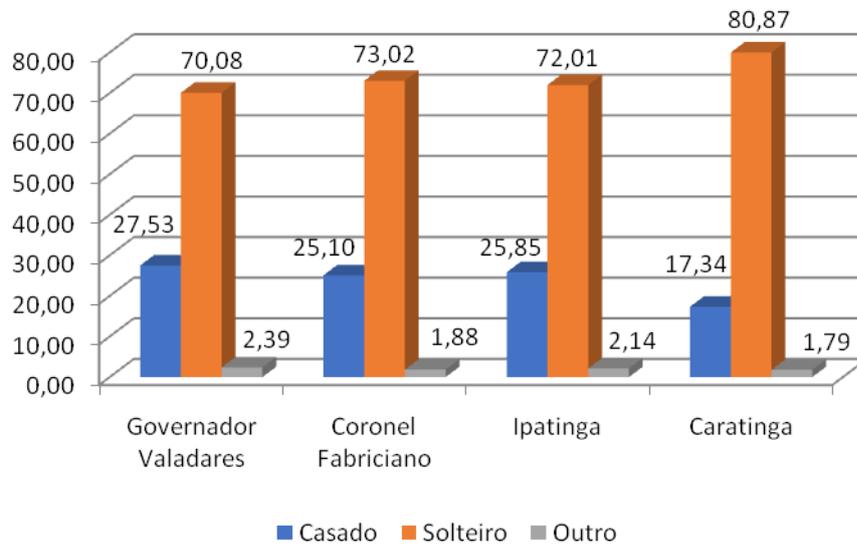


Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010

Caratinga foi o município que apresentou menor desigualdade entre o percentual de estudantes vindos da zona urbana e os provenientes da zona rural de outras cidades. Mesmo assim, a diferença entre um e outro é de 61,94% para os alunos de graduação e 76,24% para estudantes da pós-graduação. A causa para esta diferença de Caratinga em relação aos outros municípios deste estudo pode estar no grande contingente populacional residente na zona rural dos municípios evasores próximos. Inhapim, Ubaporanga, Bom Jesus do Galho e Santa Bárbara do Leste são os municípios que mais enviam estudantes para Caratinga e de acordo com os dados do Censo (IBGE, 2010). Esses mesmos municípios possuem a seguinte população vivendo na zona rural, Inhapim (42,00%), Ubaporanga (47,00%), Bom Jesus do Galho (35,00%) e Santa Bárbara do Leste (48,00%), considerada uma porcentagem significativa mesmo quando comparada a outros municípios da região com número de habitantes similar.

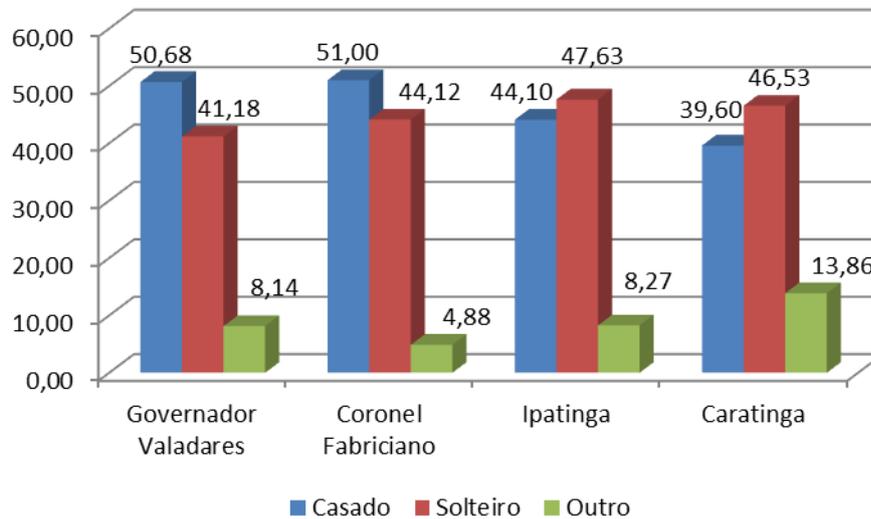
Nos Gráficos 5 e 6 foi possível analisar o estado civil dos estudantes pendulares na MVRD. Observou-se uma elevada discrepância entre o percentual de estudantes da graduação solteiros e casados. Em todos os municípios analisados, a grande maioria dos estudantes o estado civil é solteiro. Na pós-graduação, com exceção de Caratinga, todos os municípios apresentaram percentual de casados maior que o de solteiros. Apesar dessa mudança de panorama, a diferença entre um estado civil e outro é bem pequena quando comparada com os dados da graduação.

Gráfico 5 - Movimento pendular de estudantes de graduação na Mesorregião do Rio Doce por município polo e estado civil – 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Gráfico 6 - Movimento pendular de estudantes de pós-graduação na Mesorregião do Rio Doce por município polo estado civil - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Os dados apresentados nas Tabelas 12 a 17 convergem significativamente para as ideias de Raffestin (1993), quando este afirmou que pela distribuição heterogênea sócio-espacial, que é específica de região para região, o deslocamento é uma opção.

De acordo com a Tabela 12, a maioria dos alunos de graduação que realizaram movimento pendular possui renda familiar entre 2 e 10 salários mínimos. Este dado se aplicou a todos os

municípios na graduação e também pós-graduação. Em Governador Valadares e Caratinga a concentração maior ficou na faixa de 2 a 5 salários mínimos (37,74% e 43,38% respectivamente) para alunos da graduação, enquanto Coronel Fabriciano e Ipatinga apresentou 37,82% e 37,81% dos alunos com renda domiciliar de 5 a 10 salários mínimos. Já para a pós-graduação, todos os municípios apresentaram o mesmo resultado: maior de alunos matriculados oriundo de domicílios cuja renda se encontrava entre 5 e 10 salários mínimos.

O maior percentual de estudantes de graduação provenientes de domicílios com baixa renda (até 2 salários mínimos) é encontrado em Caratinga, com 15,24%, seguido de Governador Valadares, com 11,40%. Em Ipatinga e Fabriciano, o percentual é próximo de 6,00%. Para a pós-graduação, o maior percentual de estudantes provenientes de domicílios com renda domiciliar acima de 10 salários mínimos foi encontrado em Ipatinga (39,66%), sendo que nos demais município este percentual ficou em torno dos 27,00%. Segundo Sobreira (2007), muitas pessoas que pendulam para estudar, também o fazem para trabalhar, especialmente considerando a metropolização da região. O fato de a região metropolitana do Vale do Aço ser rica em indústrias e possuir considerável número de empregos com melhor remuneração pode ajudar a explicar a maior renda domiciliar em Ipatinga e Coronel Fabriciano.

Tabela 12 - Movimento pendular de estudantes na Mesorregião do Rio Doce por nível educacional, município polo e renda domiciliar mensal - 2010

Nível	Renda mensal do domicílio em SM	Município									
		Gov. Valadares		Cel. Fabriciano		Ipatinga		Caratinga		Total	
		Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Graduação	Menos de 1/2 SM	48	2,13	88	2,71	24	0,58	69	3,74	229	1,99
	De 1/2 a menos de 1 SM	27	1,20	12	0,37	7	0,17	28	1,52	74	0,64
	De 1 a menos de 2 SM	182	8,07	102	3,15	210	5,05	184	9,98	678	5,90
	De 2 a menos de 5 SM	851	37,74	1.020	31,46	1.453	34,94	800	43,38	4.124	35,86
	De 5 a menos de 10 SM	627	27,80	1.226	37,82	1.572	37,81	371	20,12	3.796	33,01
	De 10 a menos de 15 SM	207	9,18	508	15,67	538	12,94	183	9,92	1.436	12,49
	De 15 a menos de 25 SM	229	10,16	229	7,06	226	5,44	159	8,62	843	7,33
	25 SM ou mais	84	3,73	57	1,76	128	3,08	50	2,71	319	2,77
Total	2.255	100,00	3.242	100,00	4.158	100,00	1.844	100,00	11.499	100,00	
Pós-graduação	Menos de 1/2 SM	5	1,13	0	0,00	2	0,31	0	0,00	7	0,43
	De 1/2 a menos de 1 SM	3	0,68	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3	0,18
	De 1 a menos de 2 SM	3	0,68	30	6,67	27	4,13	0	0,00	60	3,65
	De 2 a menos de 5 SM	131	29,64	135	30,00	108	16,54	36	35,64	410	24,91
	De 5 a menos de 10 SM	179	40,50	165	36,67	257	39,36	37	36,63	638	38,76
	De 10 a menos de 15 SM	78	17,65	40	8,89	135	20,67	14	13,86	267	16,22
	De 15 a menos de 25 SM	15	3,39	72	16,00	95	14,55	10	9,90	192	11,66
	25 SM ou mais	28	6,33	8	1,78	29	4,44	4	3,96	69	4,19
Total	442	100,00	450	100,00	653	100,00	101	100,00	1.646	100,00	
Total	2.697	***	3.692	***	4.811	***	1.945	***	13.145	***	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

A pequena diferença encontrada na distribuição de renda domiciliar entre os alunos da graduação e os da pós-graduação pode ter pelo menos duas explicações. A primeira é que se trata de pessoas que já obtiveram o curso superior, se inseriram no mercado de trabalho e são, portanto, melhor remunerados por terem se qualificado. A segunda hipótese é que, como o número de pessoas na pós-graduação é bem inferior ao da graduação, existe uma possibilidade da primeira se configurar como um gargalo social permitindo que apenas pessoas que antes já possuíam uma renda acima de 5 salários mínimos continuassem a se especializar em seus estudos. Diversos estudos que relacionam renda à escolaridade (BARROS; MENDONÇA, 1995; OLIVEIRA; NETO, 2016; RAMOS; VIEIRA, 2001, dentre outros) corroboraram os resultados encontrados sobre os sujeitos desta pesquisa.

A Tabela 13 mostrou a classificação de alunos pendulares da MVRD a partir da renda individual. Considerando os quatro municípios polos em conjunto, tem-se que os alunos da graduação se concentraram nas faixas de menos de meio salário mínimo (36,19%) e de 1 a menos de 2 salários mínimos (31,69%). Na graduação, 91,75% de todos os alunos receberam menos que 5 SM, enquanto na pós-graduação este percentual cai para 75,46%, revelando um perceptível aumento no nível de renda.

Tabela 13 - Movimento pendular de estudantes na Mesorregião do Rio Doce por nível educacional, município polo e renda individual - 2010

Nível	Renda mensal individual em SM	Município									
		Gov. Valadares		Cel. Fabriciano		Ipatinga		Caratinga		Total	
		Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Graduação	Menos de 1/2 SM	978	43,37	1.032	31,74	1.362	32,76	793	42,98	4.165	36,19
	De 1/2 a menos de 1 SM	102	4,52	181	5,57	195	4,69	163	8,83	641	5,57
	De 1 a menos de 2 SM	629	27,89	1.031	31,71	1.452	34,93	535	29,00	3.647	31,69
	De 2 a menos de 5 SM	340	15,08	669	20,58	829	19,94	268	14,53	2.106	18,30
	De 5 a menos de 10 SM	87	3,86	283	8,71	274	6,59	48	2,60	692	6,01
	De 10 a menos de 15 SM	42	1,86	55	1,69	30	0,72	33	1,79	160	1,39
	De 15 a menos de 25 SM	69	3,06	0	0,00	0	0,00	5	0,27	74	0,64
	25 SM ou mais	8	0,35	0	0,00	15	0,36	0	0,00	23	0,20
Total	2.255	100,00	3.251	100,00	4.157	100,00	1.845	100,00	11.508	100,00	
Pós-graduação	Menos de 1/2 SM	55	12,44	64	14,22	55	8,42	22	21,78	196	11,91
	De 1/2 a menos de 1 SM	6	1,36	5	1,11	7	1,07	0	0,00	18	1,09
	De 1 a menos de 2 SM	53	11,99	128	28,44	173	26,49	16	15,84	370	22,48
	De 2 a menos de 5 SM	202	45,70	168	37,33	254	38,90	34	33,66	658	39,98
	De 5 a menos de 10 SM	73	16,52	64	14,22	143	21,90	19	18,81	299	18,17
	De 10 a menos de 15 SM	25	5,66	13	2,89	21	3,22	6	5,94	65	3,95
	De 15 a menos de 25 SM	0	0,00	8	1,78	0	0,00	0	0,00	8	0,49
	25 SM ou mais	28	6,33	0	0,00	0	0,00	4	3,96	32	1,94
Total	442	100,00	450	100,00	653	100,00	101	100,00	1.646	100,00	
Total	2.697	***	3.701	***	4.810	***	1.946	***	13.154	***	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Caratinga é o município com maior percentual de estudantes com renda individual inferior a 2 SM (80,81%) na graduação e Fabriciano o menor (69,0%) – em Governador Valadares temos 75,78% e em Ipatinga 72,38%. Na pós-graduação o percentual de estudantes com renda inferior a 2 salários mínimos foi consideravelmente menor que na graduação, com Coronel Fabriciano apresentando o maior percentual (43,77%), sendo seguido de Caratinga (37,62%), Ipatinga (35,98%) e Governador Valadares (25,79%). A faixa de renda individual que concentrou mais estudantes em todos os quatro municípios foi entre 2 e 5 SM.

As tabelas 14, 15, 16 e 17 categorizaram os estudantes pendulares de acordo com o grupo de atividade laboral. Para os alunos da graduação, atividades relacionadas à educação, embora não apareçam em primeiro lugar, se destacaram em todos os municípios. Na pós-graduação, apenas em Caratinga a educação não ocupou os primeiros lugares. A administração pública, defesa e seguridade social é o nicho de mercado que apresentou maior percentual de estudantes na amostra total, ocupando o primeiro lugar em alguns municípios: na graduação (23,38%) e na pós-graduação (24,87%) em Governador Valadares; 18,97% na pós-graduação de Ipatinga e 17,98% na pós-graduação de Caratinga.

Tabela 14 - Movimento pendular de estudantes na Mesorregião do Rio Doce para Governador Valadares: Grupo de atividade - 2010

Nível	Grupo de atividade	Governador Valadares		
		Freq	%	Acumulado
Graduação	Administração pública, defesa e seguridade social	295	23,38	23,38
	Educação	240	19,02	42,39
	Comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas	179	14,18	56,58
	Atividades de atenção à saúde humana	111	8,80	65,37
	Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria	103	8,16	73,53
	Atividades de serviços financeiros	52	4,12	77,65
	Atividades de organizações associativas	37	2,93	80,59
	Fabricação de produtos alimentícios	19	1,51	82,09
	Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra	17	1,35	83,44
	Obras de infraestrutura	16	1,27	84,71
	Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados a empresas	16	1,27	85,97
	Agricultura, pecuária, caça e serviços relacionados	15	1,19	87,16
	Atividades mal definidas	43	3,41	90,57
	Outras atividades	119	9,43	100,00
Total		1.262	100,00	***
Pós-Graduação	Administração pública, defesa e seguridade social	93	24,87	24,87
	Educação	68	18,18	43,05
	Atividades de atenção à saúde humana	57	15,24	58,29
	Atividades de serviços financeiros	30	8,02	66,31
	Serviços domésticos	23	6,15	72,46
	Atividades esportivas e de recreação e lazer	20	5,35	77,81
	Fabricação de produtos diversos	15	4,01	81,82
	Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria	14	3,74	85,56
	Comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas	12	3,21	88,77
	Agricultura, pecuária, caça e serviços relacionados	5	1,34	90,11
	Atividades mal definidas	20	5,35	95,45
	Outras atividades	17	4,55	100,00
Total		374	100,00	***

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Tabela 15 - Movimento pendular de estudantes na Mesorregião do Rio Doce para Coronel Fabriciano: Grupo de atividade - 2010

Nível	Grupo de atividade	Coronel Fabriciano		
		Freq	%	Acumulado
Graduação	Metalurgia	278	13,30	13,30
	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	225	10,76	24,06
	Comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas	206	9,85	33,91
	Administração pública, defesa e seguridade social	153	7,32	41,22
	Educação	153	7,32	48,54
	Atividades de serviços financeiros	77	3,68	52,22
	Serviços especializados para construção	62	2,97	55,19
	Atividades de atenção à saúde humana	61	2,92	58,11
	Atividades de organizações associativas	59	2,82	60,93
	Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria	56	2,68	63,61
	Fabricação de produtos alimentícios	53	2,53	66,14
	Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde	52	2,49	68,63
	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	46	2,20	70,83
	Fabricação de produtos diversos	41	1,96	72,79
	Outras atividades de serviços pessoais	39	1,87	74,65
	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	34	1,63	76,28
	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	30	1,43	77,71
	Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação e de objetos pessoais e domésticos	27	1,29	79,01
	Atividades mal definidas	122	5,83	84,84
	Outras atividades	317	15,16	100,00
	Total	2.091	100,00	***
Pós-Graduação	Educação	117	28,96	28,96
	Metalurgia	60	14,85	43,81
	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	39	9,65	53,47
	Comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas	33	8,17	61,63
	Administração pública, defesa e seguridade social	24	5,94	67,57
	Atividades de atenção à saúde humana	22	5,45	73,02
	Eletricidade, gás e outras utilidades	15	3,71	76,73
	Atividades de rádio e de televisão	13	3,22	79,95
	Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde	13	3,22	83,17
	Fabricação de produtos químicos	12	2,97	86,14
	Atividades de serviços financeiros	10	2,48	88,61
	Serviços de arquitetura e engenharia; testes e análises técnicas	9	2,23	90,84
	Atividades mal definidas	11	2,72	93,56
	Outras atividades	26	6,44	97,28
		Total	404	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

A metalurgia e a fabricação de produtos de metal aparecem com alta frequência na cidade de Coronel Fabriciano, tanto na graduação quanto na pós-graduação, o que pode ser explicado pelo grande número de empregos gerados pelas indústrias de siderurgia na Região Metropolitana do Vale do Aço.

Tabela 16 - Movimento pendular de estudantes na Mesorregião do Rio Doce para Ipatinga: Grupo de atividade - 2010

Nível	Grupo de atividade	Ipatinga		
		Freq	%	Acumulado
Graduação	Comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas	362	13,18	13,18
	Administração pública, defesa e seguridade social	338	12,31	25,49
	Atividades de atenção à saúde humana	268	9,76	35,25
	Educação	255	9,29	44,54
	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	228	8,30	52,84
	Metalurgia	209	7,61	60,45
	Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria	81	2,95	63,40
	Serviços especializados para construção	79	2,88	66,28
	Transporte terrestre	50	1,82	68,10
	Fabricação de produtos diversos	44	1,60	69,70
	Telecomunicações	44	1,60	71,30
	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	42	1,53	72,83
	Atividades de serviços financeiros	41	1,49	74,33
	Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados a empresas	36	1,31	75,64
	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	35	1,27	76,91
	Coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais	29	1,06	77,97
	Atividades dos serviços de tecnologia da informação	28	1,02	78,99
	Serviços de arquitetura e engenharia; testes e análises técnicas	27	0,98	79,97
	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	23	0,84	80,81
	Atividades mal definidas	172	6,26	87,07
Outras atividades	355	12,93	100,00	
	Total	2.746	100,00	***
Pós-Graduação	Administração pública, defesa e seguridade social	114	18,97	18,97
	Atividades de atenção à saúde humana	89	14,81	33,78
	Educação	76	12,65	46,42
	Metalurgia	37	6,16	52,58
	Comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas	33	5,49	58,07
	Atividades de serviços financeiros	30	4,99	63,06
	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	26	4,33	67,39
	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	23	3,83	71,21
	Serviços de arquitetura e engenharia; testes e análises técnicas	22	3,66	74,88
	Atividades esportivas e de recreação e lazer	20	3,33	78,20
	Fabricação de produtos diversos	18	3,00	81,20
	Atividades mal definidas	8	1,33	82,53
	Outras atividades	105	17,47	100,00
	Total	601	100,00	***

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Todas as cidades apresentaram elevado percentual de estudantes pendulares no nível da graduação que atuam na categoria “comércio, exceto de veículos automotores e bicicletas”. Em Ipatinga, 13,18% dos estudantes da graduação atuam neste segmento, colocando-o em uma posição privilegiada em relação aos demais. Na pós-graduação, o percentual de estudantes nessa categoria caiu algumas posições, mas ainda assim é expressiva.

Tabela 17 - Movimento pendular de estudantes na Mesorregião do Rio Doce para Caratinga: Grupo de atividade - 2010

Nível	Grupo de atividade	Caratinga		
		Freq	%	Acumulado
Graduação	Educação	212	19,50	19,50
	Comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas	204	18,77	38,27
	Administração pública, defesa e seguridade social	202	18,58	56,85
	Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria	57	5,24	62,10
	Serviços especializados para construção	51	4,69	66,79
	Agricultura, pecuária, caça e serviços relacionados	48	4,42	71,21
	Serviços domésticos	45	4,14	75,34
	Atividades de serviços financeiros	43	3,96	79,30
	Atividades de atenção à saúde humana	41	3,77	83,07
	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	31	2,85	85,92
	Atividades esportivas e de recreação e lazer	24	2,21	88,13
	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	16	1,47	89,60
	Atividades mal definidas	33	3,04	92,64
	Outras atividades	80	7,36	100,00
	Total	1.087	100,00	***
Pós-Graduação	Administração pública, defesa e seguridade social	16	17,98	17,98
	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	14	15,73	33,71
	Comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas	13	14,61	48,31
	Atividades dos serviços de tecnologia da informação	11	12,36	60,67
	Educação	10	11,24	71,91
	Atividades de atenção à saúde humana	10	11,24	83,15
	Atividades mal definidas	15	16,85	100,00
	Total	89	100,00	***

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Os números destas tabelas refletiram não apenas a realidade mercadológica dos municípios de origem, mas também dos receptores. Isso acontece porque muitos estudantes que pendulam para estudar também o fazem para o exercício de atividades laborais, muitas vezes voltando para casa apenas para dormir. Se esta premissa for admitida como verdadeira, os dados deste estudo poderiam questionar a hipótese de Cunha *et al.* (2013) quando afirmou que a mobilidade pendular está intrinsecamente ligada à fatia mais bem posicionada no mercado. Para o autor, morar e trabalhar/estudar em locais diferentes gera certo custo que só valeria à pena se o retorno financeiro fosse atrativo o suficiente para a realização deste deslocamento diário.

Observou-se, contudo, que, da amostra analisada neste estudo, 36,19% de alunos da graduação possuem renda individual de até meio salário mínimo (Tabela 13), e, somando-se com outras rendas inferiores (menos de 2 SM), o percentual abarcado é de 73,45%. Um estudo realizado por Deschamps e Cintra (2007) corroborou com os dizeres de Cunha, revelando que os trabalhadores que realizam o movimento pendular possuiria ocupação e renda superior a quem trabalha no município em que reside. Contudo, essa asserção é válida para aqueles que se deslocam somente em função do trabalho. No caso desta dissertação, não

foram analisados os dados referentes à mobilidade pendular para trabalho o que limitou ao que foi escrito neste parágrafo ao alcance de mera hipótese a ser corroborada ou não.

Ao ser analisada as características específicas do fenômeno do movimento pendular na MVRD foi possível perceber que obtiveram sucesso as políticas de descentralização territorial do ensino superior e tentativa de democratização de acesso a este nível de ensino ocorrido ao longo dos anos tanto pelos esforços do Estado quanto por impulso da globalização e do sistema de produção capital. Para os indivíduos que moram distante dos pólos educacionais ou que não têm condições financeiras e/ou tempo para o deslocamento diário, os cursos na modalidade à distância, oferecidos largamente em todas as cidades aqui analisadas, têm se mostrado como uma profícua alternativa de apropriação simbólica do espaço do ensino superior. Uma inserção territorial, mesmo que remota e com uma frequência menor de quem pendula todos os dias.

Nesse sentido, fica explícito que, a multiterritorialidade vivenciada pelos estudantes pendulares, muito mais que a ocupação quantitativa de uma variedade de territórios pelos quais eles circulam cotidianamente, se constrói tendo por base uma mudança qualitativa dentro destes territórios, tal qual afirmou Haesbaert (2004, p.13):

Multiterritorialidade inclui assim uma mudança não apenas quantitativa – pela maior diversidade de territórios que se colocam ao nosso dispor (ou pelo menos das classes mais privilegiadas) – mas também qualitativa, na medida em que temos hoje a possibilidade de combinar de uma forma inédita a intervenção e, de certa forma, a vivência, concomitante, de uma enorme gama de diferentes territórios.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é possível ignorar os componentes materiais do território ordenados no espaço geográfico, mas não poderão ser compreendidos como meramente um fenômeno físico que ali se constituiu naturalmente. A própria ordenação material do espaço territorial é fruto da seleção do homem que o faz em funções de interesses e objetivos próprios. A delimitação material do espaço é fruto da ação humana e faz parte do processo político de formação daquele território. Adaptando esta premissa à estrutura regional de ensino superior encontrada na MVRD, pode-se inferir que a multiplicidade de territórios sempre estará presente não somente pelo movimento pendular dos estudantes, mas também pela imaterialidade oriunda de realidades distintas, com formas de agir e de pensar diversas, identidades múltiplas, que constroem os territórios com suas singularidades. O estudante assim vivencia, além da diversidade de territórios, a imensa variabilidade de subjetividades que se interagem e muitas vezes se transformam no decorrer do período de estudo dentro destes territórios.

Este estudo teve como objetivo principal caracterizar o território do ensino superior na mesorregião do Vale do Rio Doce em relação ao movimento pendular de estudantes que se deslocam diariamente para estudarem em outros municípios. Os resultados desta pesquisa apontaram que dentre os 120 municípios da MVRD aqueles que mais receberam estudantes foram Ipatinga, Governador Valadares, Coronel Fabriciano e Caratinga, responsáveis pela recepção de mais da metade dos estudantes.

O município de Ipatinga foi o que mais recebeu estudantes, tanto advindos de municípios da MVRD quanto de municípios de outras mesorregiões do estado. Entretanto, foi em Governador Valadares que se concentrou o maior número de estudantes vindos de outros estados. Outro achado importante foi à interdependência entre os municípios da microrregião de Ipatinga que apresentaram simultaneamente expressiva taxa de evasão e recepção de estudantes. Esse fenômeno não foi encontrado no município de Governador Valadares e nos municípios que o circundam, revelando que o município ainda exerce influência centralizadora sobre aquele território.

A análise dos dados coletados neste estudo demonstrou que a descentralização dos espaços educacionais é produto de um processo de mudanças que vem ocorrendo há algumas décadas em todo território nacional, tanto em decorrência da interiorização das IES quanto da

implantação de políticas de acesso ao ensino superior. Desta forma, novas configurações territoriais são criadas e significadas pelos sujeitos.

Confirmando pesquisas anteriores, os dados mostraram que as cidades de médio porte se configuram como sendo maiores receptoras de estudantes que realizam movimento pendular. Além disso, observou-se que entre cidades de pequeno porte, aquelas que possuem maior número de habitantes tendem a exercer atração de estudantes sobre as outras ainda menores localizadas em seu entorno.

Os dados corroboraram o que a literatura vem apontando ao mostrar a dependência das cidades menores da mesorregião em relação às cidades maiores, mesmo que estas cidades maiores ainda sejam de pequeno porte. A busca pelo atendimento das necessidades individuais e grupais pode impulsionar os indivíduos a percorrerem um trajeto todos os dias, se estes entenderem que o investimento vale à pena.

Como foi possível observar na discussão deste trabalho, as variáveis que podem estar relacionadas à estimulação ou à inibição do exercício da pendularidade são inúmeras. Os estudantes que estudam nos municípios polo da MVRD aqui analisados, enquanto atores sintagmáticos que combinam energia e informação para consecução de um objetivo sofrem os efeitos de diversas variáveis tais como a distância, a facilidade de acesso, as condições de renda, ocupação, dentre outros. Estes fatores, além de serem cruciais para o entendimento desses deslocamentos, também influenciam diretamente nas estratégias de produção territorial bem como na representação das diversas relações de poder existentes naquele território.

Devem ser levados em conta outros fatores facilitadores, valendo serem ressaltados os programas de incentivo econômico como o FIES e o ProUni, além dos programas de melhorias viárias do estado de Minas Gerais, ProAcesso e Caminhos de Minas. Esses fatores, conforme ressaltou Haesbaert (2004), irão impactar na produção do território e na multiterritorialidade ali percebida, seja positiva ou negativamente.

Pode-se concluir que, apesar das particularidades de apropriação do espaço do ensino superior apresentada pelos alunos que realizam movimento pendular na MVRD, as características da configuração territorial deste movimento são bastante semelhantes com as que ocorrem em outras regiões do país. A literatura indica que há alguns anos vem acontecendo o aumento de

uma integração regional, não apenas do ensino superior, mas de vários outros serviços em outras partes do país. Isso mostra que a MVRD está seguindo uma tendência que parece ser nacional. Desta forma, ao se falar dos estudantes que realizam movimento pendular, pode-se falar em multiterritorialização ao invés de desterritorialização, visto que eles se apropriam e significam os múltiplos espaços por onde circulam no seu cotidiano.

Tentar explicar a pendularidade utilizando apenas os dados censitários não é suficiente para compreender a complexidade do fenômeno. Apesar da relevância de se analisar o movimento pendular dos estudantes do ensino superior, uma das limitações deste estudo foi não analisar esta variável junto a inúmeras outras que, em conjunto, produzem o panorama do ensino superior no Brasil. Embora não fosse objetivo deste trabalho, reconheceu-se que ao correlacionar outras variáveis tais como etnia, cursos mais procurados, modalidade (presencial, semipresencial, EAD), duração da viagem, frequência, indivíduos que pendulam apenas para estudar e indivíduos que pendulam para trabalhar e estudar, dentre outras, a análise final certamente seria mais rica em detalhes e traçaria um perfil mais amplo acerca deste estudante. Considerou-se que a realização de estudos futuros neste sentido poderá auxiliar, tanto a nível intermunicipal quanto a nível regional, na elaboração de políticas afirmativas para tornar o ensino superior um espaço cada vez mais democrático e acessível.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. T. G.; FRANCO, C. A pesquisa em eficácia escolar no Brasil: evidências sobre o efeito das escolas e fatores associados à eficácia escolar. In: BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco (Orgs.). **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 482-500.

ÂNTICO, C. Deslocamentos pendulares na região metropolitana de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 110-120, 2005.

BACELAR, T. O Brasil ainda precisa se consolidar como nação. **Boletim Regional: informativo da política nacional de desenvolvimento regional**, Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, n. 2, p. 14-22, maio/ago. 2006. Entrevista concedida ao jornalista Eduardo Ferreira. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/c/d_documento_librar_y/get_file?uuid=42638937-4b59-4e82-a3a8-43e436d899ea&groupId=24915>. Acesso em: 8 dez. 2016.

BAENINGER, R. **Espaço e tempo em Campinas: migrantes e expansão do pólo industrial paulista**. Campinas: CMU, 1996.

BAENINGER. Redistribución espacial de lapoblación: características y tendencias de caso brasileño. **Notas de Población**, Santiago de Chile, ano 35, n.65, 1997.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim Regional do Banco Central do Brasil**. Brasília, v. 7, n. 1, jan-2013.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. S. P. **Os determinantes da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1995.

BRASIL. **Censo da educação superior 2013: resumo técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2015a.

BRASIL. **Censo da Educação Superior 2014: Notas Estatísticas**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2015b. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2014.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2016.

BRITO, A. A.; PINHEIRO, T. C. O processo econômico de ocupação do médio Rio Doce. In: REZENDE, M.; ÁLVARES, R. (Orgs.). **Era tudo mata: o processo de colonização do Médio Rio Doce e a formação dos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor**. Belo Horizonte: Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés, 2009. cap. 5.

CAPES. **O que é UAB**. 2016. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/component/content/article?id=7836>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

CASTELLO BRANCO, M. L. G. Algumas considerações sobre a identificação de cidades médias. In: SPOSITO, M. E. B. **Cidades médias, espaços em transição**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

CINTRA, A.; DELGADO, P.; MOURA, R. Movimentos pendulares no Paraná. **Caderno IPARDES: Estudos e Pesquisas**, Curitiba, v.2, n.2, p.15-31, ago./dez. 2012.

COLOSSI, N.; CONSENTINO, A.; QUEIROZ, E. Mudanças no Contexto do Ensino Superior no Brasil: Uma tendência ao ensino Colaborativo. **Revista FAE**, v. 4, n. 1, p.49-58, 2001.

COSTA, E. C. **Epopéia de pioneiros**: a história de Governador Valadares. 2. ed. atual. Governador Valadares: Gráfica Cruzeiro, 2006.

COSTA, G. M.; COSTA, H. S. M. Região metropolitana e competitividade intermunicipal: Uma conciliação possível?. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 9, 2000. **Anais do IX** Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2000. p. 1055-1076. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/6520232.pdf>>. Acesso em 23 set. 2016.

COSTA, I. H.; ANDROSIO, V. O. **As transformações do papel da mulher na contemporaneidade**. 2010. 16 f. TCCP (Pós-graduação em Saúde Mental e Intervenção Psicossocial). Universidade Vale do Rio Doce, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Governador Valadares, MG, 2010. Disponível em: <<http://www.pergamum.univale.br/pergamum/tcc/Astransformacoesdopapeldamulhernacontemporaneidade.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2016.

CUNHA, J. M. P. da; PESSINI, D. A metrópole e seus deslocamentos populacionais cotidianos: o caso da mobilidade pendular na Região Metropolitana de Campinas em 2000. **Revista Latinoamericana de Población**, ano 1, n. 2, 2008, p. 99-125. Disponível em: <<http://relap.cucea.udg.mx>> Acesso em: 23 set. 2016.

CUNHA, J.M.P.; STOCO, S.; DOTA, E.M.; NEGREIROS, R.M.C.; MIRANDA, Z.A.I. A mobilidade pendular na macrometrópole paulista: diferenciação e complementariedade socioespacial. **Cadernos MetrÓpole**, v. 15, n. 30, 2013.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã**: O ensino superior, da Colônia à Era Vargas. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2007.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DESCHAMPS, M.; CINTRA, A. Análise dos movimentos pendulares nos municípios da região metropolitana de Curitiba. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 5. 2007. **V Encontro Nacional sobre Migrações**. Campinas: ABEP/NEPO/UNICAMP, 2007. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/mesa_04_ana_mov_pen.pdf>. Acesso em: outubro de 2015.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **O ensino superior no Brasil: público e privado**. NUPES-USP, 2003.

EMMEL, A. **Mobilidade e territorialidade**: análise dos deslocamentos pendulares no arranjo populacional de Santa Cruz do Sul (RS). 2016. 134 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2016.

ESPINDOLA, H. S. Vale do Rio Doce: Fronteira, industrialização e colapso socioambiental. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v.4, n.1, jan.-jul. 2015, p. 160-206.

FIGUEIREDO, A. H. Formação Territorial. In: FIGUEIREDO, A. H. (Org). **Brasil**: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, 2016. cap. 1.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. (Originalmente publicado em 1976)

FREY, H; DOTA, E. M. O Censo de 2010 e as primeiras leituras sobre a mobilidade espacial da população na Região Metropolitana de Campinas. **Mediações, Londrina**, PR, v. 18, n. 1, p. 226-243, jan./jun. 2013.

GOTTMANN, J. The evolution of the concept of territory. **Social Science Information**, v. 14, n. 3/4, p. 29-47, 1975.

GOULART, Í. B.; MACEDO, R. Z. Estratégias adotadas pelas instituições de ensino superior da rede privada de Minas Gerais face as transformações no início do século XXI. In: Colóquio Internacional de Gestão Universitária, 14, 2014, Santa Catarina. **Anais do XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/131433/2014-53.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 12 set. 2016.

GUEDES, M. C. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.117-132, 2008.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**. V. 3. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.

HAESBAERT, R. Os dilemas da globalização-fragmentação. In: HAESBAERT, R. (Org.). **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. 2. ed. Niterói: Editora da UFF, 2013. p. 11-53.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2016.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: microdados da amostra**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2016.

IBGE. **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Rio de Janeiro, 1990. Vol. 1. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regional_v01.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2016.

IBGE. **Divisão Regional**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm?c=1>. Acesso em: 06 dez. 2016.

JARDIM, A. P. Reflexões sobre a mobilidade pendular. In: OLIVEIRA, L. A. P.; OLIVEIRA, A. T. R. (Orgs.). **Reflexões sobre o deslocamento populacional no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011. p. 59-70

MELCHIOR, L. **Redes Sociais e migrações Laborais: múltiplas territorialidades**. A Constituição da rede nipo-brasileira em Ourinhos (SP) e no Japão. 2008. 225 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

MINAS GERAIS. **Lei complementar nº 90, de 12 de janeiro de 2006**. Dispõe sobre a Região Metropolitana do Vale do Aço. Disponível em: <<https://www.emplasa.sp.gov.br>>. Acesso em 23 set. 2016.

MOURA, R. Movimento pendular da população no Paraná: uma evidência da desconexão moradia/trabalho. **Cadernos MetrÓpole.**, v. 12, n. 23, 2010.

MOURA, R.; DELGADO, P.; COSTA, M. A. Movimento pendular e políticas públicas: algumas possibilidades inspiradas numa tipologia dos municípios brasileiros. In: COSTA, R.; COSTA, M. A. (Orgs.). **Brasil em desenvolvimento 2013: Estado, planejamento e políticas públicas**. Ipea: Brasília, 2013. p. 665-696.

MOURA, R.; LIRA, S.A.; CINTRA, A. P. U. Arranjos espaciais: concentração e mobilidade que redesenham aglomerações e centros. **Caderno Ipardes**, v. 2, n. 2, p. 51-67, 2012.

MOURA, R.; PEGO, B. **Agglomerações urbanas no Brasil e na América do Sul: trajetórias e novas configurações**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

OLIVEIRA, R. C.; NETO, R. M. Silveira. Expansão da escolaridade e redução da desigualdade regional de renda no Brasil entre 1995 e 2011: progressos recentes e desafios presentes. **Pesquisa e planejamento econômico**, v. 46, n. 1, p. 41-65, 2016.

PINTO, J. M. R. O acesso à educação superior no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 727-756, Especial - Out. 2004.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, L.; VIEIRA, M. L. **Desigualdades de rendimentos no Brasil nas décadas de 80 e 90: evolução e principais determinantes**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

REOLON, C. A.; MIYAZAKI, V. K. Uma análise comparativa dos sistemas urbanos dos estados do Paraná e São Paulo. **Geografia em Atos**, n. 9, v. 2., p. 22-31, 2009.

REOLON, C. A.; MIYAZAKI, V. K. Cidades Médias: um Viés pelos Deslocamentos Pendulares. **Espaço Aberto**, v. 5, n.1, p. 49-71, 2015

RIEDER, A. A interiorização da educação superior no Brasil: caso de Mato Grosso. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, Florianópolis, v. 4, n. 3, p.228-247, p. 228-247, 2011.

SANTOS, M. et al. **O papel ativo da Geografia: um manifesto**. Florianópolis: XII Encontro Nacional de Geógrafos, 2000.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 200 p.

SATO, P. T.; COUTO, D. L. A.; NEDER, H. D.; MARTINS, P. O.; MARTINS, N. R. Análise dos Impactos dos Programas ProAcesso e Caminhos de Minas do Governo de Minas Gerais. In: Encontro de Administração Pública e Governo, 5, 2012. **Anais do IV Encontro de Administração Pública e Governo**. Salvador: Anpad, 2012. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br>>. Acesso em: 12 set. 2016

SILVA, D. A. **O ensino superior no Brasil: do século XIX aos dias atuais**. 2008. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/mobile/artigos/negocios/o-ensino-superior-no-brasil-do-sec-xix-aos-dias-atuais/24477/>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

SOBREIRA, D. P. **A metrópole e seus deslocamentos populacionais cotidianos: o caso do deslocamento pendular na Região Metropolitana de Campinas**. 2007. 107f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: 2007.

SOUSA, Leonardo Gomes. **Representações Sociais da Educação a Distância e Contextualização do ensino de Pós Graduação *lato sensu* a distância**. 2011. 135 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) – Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares, MG, 2011.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de et al (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

STAMM, C.; STADUTO, J. A. R. Movimentos pendulares das cidades interioranas de porte médio de Cascavel e Toledo, no Paraná. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo , v. 25, n. 1, p. 131-149, 2008 .

UNILESTE. **Graduação**. Disponível em: <<http://www.unilestemg.br/graduacao>>. Acesso em 23 set. 2016.

VASCONCELLOS, E. A. **Transporte urbano, espaço e equidade**: Análise das políticas públicas. São Paulo: Annablume, 2001.